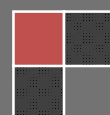


2014

Relatório de Acompanhamento do PAEL – Situação financeira e orçamental do Município

Situação: até 31/12/2014





Conteúdo

Preâmbulo	3
Introdução	4
Controlo e Monitorização das Medidas do PAF/PAEL	7
Controlo Orçamental da Receita	12
Controlo Orçamental da Receita Vs. Previsão do Plano Ajustamento Financeiro	30
Controlo Orçamental da Despesa Vs. Previsão do Plano Ajustamento Financeiro	35
Situação da Dívida.....	45
Situação dos Pagamentos em Atraso.....	54
Conclusão	55
Proposta	57



Preâmbulo

Este relatório visa cumprir o estipulado na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de Agosto, regulamentada pela Portaria n.º 281-A/2012 de 14 de Setembro, quanto ao acompanhamento e monitorização do Programa de Apoio à Economia Local, doravante designado por PAEL.

Visa também, para além de abordar as medidas constantes no PAEL, referenciar a evolução das principais receitas e despesas do Orçamento e ainda a evolução da dívida, proporcionando uma “fotografia” da situação financeira actual da Câmara Municipal.

Este relatório de acompanhamento ao PAEL tem ainda como objectivo promover a análise de diversas iniciativas, medidas, de diversos serviços municipais, na óptica de prossecução da melhoria da situação financeira da Câmara, numa lógica sustentada e permanente.

Este relatório vai coincidir em muitos aspectos com o relatório financeiro da prestação de contas do ano de 2014.



Introdução

A adesão ao Programa de Apoio à Economia Local, proporcionou a candidatura a empréstimos para pagamento de dívidas e levou à vinculação a um programa de ajustamento financeiro que terá a mesma duração que o cronograma de amortização do empréstimo celebrado com o Estado Central, ou seja, 20 anos.

O Município de Santa Cruz aderiu ao Programa I, tendo por principal fundamento a situação de ruptura financeira ou de desequilíbrio financeiro estrutural.

Para além do empréstimo do PAEL, celebrado com o Estado Central, foram ainda celebrados dois empréstimos com o BANIF, tendo como finalidade e designação o Reequilíbrio Financeiro.

O valor do contrato de empréstimo do PAEL é de € 16.848.866,17. O contrato foi celebrado a 20/09/2013 e visado pela Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas a 18/03/2014.

O empréstimo do PAEL, celebrado com o Estado Central, reportado à data de 31/12/2014, teve utilização de € 13.479.092,93, correspondente à primeira e segunda tranches. O empréstimo compreende três tranches.

Os empréstimos do reequilíbrio financeiro, celebrados com o BANIF, associados ao programa do PAEL, foram assinados a 14/03/2014, nos valores de € 2.540.361,72 e € 430.279,12. A Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas concedeu o visto de ambos os contratos a 26/03/2014.

Tal como o empréstimo do PAEL, os contratos de empréstimo do Reequilíbrio financeiro tiveram execução parcial no ano de 2014, devido aos procedimentos decorrentes de auditoria de gestão, tendo sido recebido, até 31/12/2014, o valor total de € 1.195.815, 50. De notar, que a utilização destes dois empréstimos não está dependente da realização de transferências da tutela.

Em resumo, o valor contratado acumulado dos três contratos de empréstimo foi de € 19.819.507,01, do qual foi utilizado, até 31/12/2014, o valor de € 14.674.908,43, ou seja, 74 %.



O contexto financeiro em que o Município de Santa Cruz se encontra é muito difícil.

A situação de ruptura financeira ou de desequilíbrio financeiro estrutural (não resultante de uma determinada conjuntura esporádica), implica a execução de iniciativas correntes, mensais e duradouras, bem como, medidas de carácter extraordinário e provavelmente únicas da receita e da despesa.

Esta falta de tesouraria obrigou à celebração de empréstimos com fortes e penalizadoras medidas e imposições. Talvez permanentes. Há ainda, que juntar a enorme indefinição e incerteza quanto aos pressupostos que têm influenciado o dia-a-dia financeiro, realçando:

- O desfasamento entre o momento de candidatura ao programa PAEL, em Outubro de 2012 e o início da sua utilização, Abril de 2014;
- A auditoria de gestão que se encontra em curso que suscitou divergências quanto à efetiva existência e confirmação de montantes de determinadas dívidas (algumas incluídas no PAEL), que justificaram e justificam, o desencadear dos mecanismos legais tendentes ao seu cabal esclarecimento, razão pela qual, até que estes estejam finalizados, tais eventuais dívidas não se encontram reconhecidas como boas para pagamento e têm natureza contenciosa;
- A retenção de verbas mensais afectas ao Fundo de Regularização Municipal. Através do ofício da DGAL de 06/08/2014, com o registo de entrada interno n.º 12904/2014, o Município teve conhecimento de sanções por incumprimento das reduções de endividamento e valor dos pagamentos em atraso, correspondentes aos anos de 2011, 2012 e 2013. Através de carta com o registo de entrada de 17888 de 04/11/2014, a DGAL informou que o município foi incumpridor do limite de endividamento líquido, reportado ao ano de 2013, em € 4.352.596, violação que determinará uma redução do mesmo montante das transferências orçamentais no ano subsequente. Esta questão tem impacto na gestão mensal da tesouraria;
- Necessidade de controlo mensal do valor dos pagamentos em atraso para evitar acrescidas retenções de verbas provenientes da Lei do Orçamento de Estado;
- Alterações provenientes à anterior Lei das Finanças Locais, destacando a data de aprovação do orçamento municipal, de 31 de Dezembro, para 31 de Outubro de cada



ano, conforme estipulado no n.º 1.º do Artigo n.º 45.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, sendo que, pelo facto de a câmara municipal se encontrar abrangida pelo Programa I do PAEL, ter de enviar previamente à aprovação dos órgãos municipais, a proposta de orçamento para a DGAL, até final de setembro, para validação técnica, conforme a alínea b) do n.º 1.º do artigo n.º 10.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de Agosto:

Durante os primeiros cinco anos todos os orçamentos e revisões orçamentais têm de ser validados previamente pela DGAL;

- A existência de um plano de saneamento, desde 2008, a vigorar durante 12 anos, até 2020;

- Durante o ano de 2014, o Município foi alvo de diversas penhoras que, a 31/12/2014 não tinham sido concluídas judicialmente, pelo que os valores, apesar de retirados das contas municipais, são espelhados no RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA, até conclusão dos processos. A existência de penhoras e retenções "activas", com cativação de verbas e transferências para terceiros, nomeadamente para Agentes de Execução, bem como, cativação de verbas ao abrigo do Fundo de Regularização Municipal totalizou o valor de € 649.647,21.



Controlo e Monitorização das Medidas do PAF/PAEL

Conforme disposto no artigo n.º 12.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de Agosto, que criou o Programa de Apoio à Economia Local e no que se refere à monitorização e acompanhamento, compete à Assembleia Municipal, trimestralmente, monitorizar e acompanhar a execução das medidas previstas e aprovadas no Plano de Ajustamento Financeiro.

Desta forma, apresentam-se em seguida, as medidas de redução e contenção de despesa e de optimização da receita, já implementadas, em fase de implementação ou ainda por implementar.

Quadro 1: Medidas do PAF

Ano 2014			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não Implementada	
Fixação nas taxas máximas do IMI		X	<p>A reavaliação de imóveis pela Autoridade Tributária, o término de isenções concedidas no último grande período de elevado índice de construção civil (2001 a 2005) e a proposta de correcção de coeficientes de localização à Comissão Nacional de Avaliação de Prédios, enviada para aprovação no fim de 2014 e ainda a defesa dos interesses da população do Concelho, são factores que fundamentam a decisão de não aplicação de taxas máximas do IMI.</p> <p>Escolhe o actual executivo em regime de permanência, voltar a não penalizar a generalidade dos munícipes e, simultaneamente garantir a obtenção do resultado financeiro previsto no Plano de Ajustamento Financeiro. Esta decisão teve aprovação da proposta n.º 138/2014, aprovada nas reuniões do órgão executivo e deliberativo, através das deliberações n.º 166/2014 de 04/09/2014 e n.º 32/2014 de 17/09/2014, respectivamente.</p> <p>Da proposta aprovada, faz ainda parte a deliberação de aplicação da alínea a) do ponto 1.2 que refere: "A majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios ou a parte de prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal de</p>



			<p>Santa Cruz tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade..." e ainda, do ponto n.º 1.3 donde consta: "Nos termos do n.º 3. do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na redação dada pelo artigo 203.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas..."</p> <p><u>Para além da decisão social de não aumentar as taxas para coeficientes máximos, verificou-se que a execução deste imposto no ano de 2014, no valor de cerca de 4,1 milhões de euros, foi superior ao estimado no PAF, em cerca de 639 mil euros.</u></p>
Fixação na taxa máxima da derrama		X	<p>A previsão do PAF, para 2014, era de € 25.000,00. Para 2015, a isenção de aplicação da derrama foi aprovada, através da aprovação da proposta n.º 140/2014, nas reuniões do órgão executivo e deliberativos, através das deliberações n.º 168/2014 de 04/09/2014 e n.º 34/2014 de 17/09/2014, respectivamente. Acrescente-se que o Município não tem dados que permitam auferir o prever as receitas estimadas pela aplicação deste imposto, tendo solicitado à Autoridade Tributária informações que possam fundamentar em consciência a definição da derrama. Até à data, esta informação não foi fornecida, tendo o Município recorrido às instâncias judiciais, tendo ganho a acção na primeira instância. Até ao momento, não foi fornecida a informação solicitada.</p>
Fixação nas taxas máximas da participação no IRS nos termos da Lei das Finanças Locais	X		<p>Medida cumprida através de proposta de Deliberação n.º 141/2014, aprovada em 04-09-2014.</p>
Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários		X	<p>Introdução das tarifas e disponibilidade em 2012. A reunião de câmara de 19/06/2014 aprovou o aumento do tarifário das águas, resíduos e saneamento em 13%, facto que teve repercussões a partir do segundo semestre do ano de 2014. A execução do orçamento foi superior ao estimado, mas inferior ao estimado no PAF. Em curso, verifica-se o estudo do sector do saneamento e aplicação universal da respectiva disponibilidade e da aplicação do "utilizador-pagador", nomeadamente no sector dos resíduos sólidos.</p>



Aperfeiçoamento dos processos e do controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como ao nível da aplicação de coimas e da promoção dos processos de execução fiscal a cargo do município		X	Em curso: a reformulação da unidade orgânica de execuções fiscais, bem como, de multas e contraordenações; Introduziu-se a aplicação informática de execuções fiscais. Em fase de construção está o Regulamento das Execuções Fiscais.
Venda de património		X	O valor da receita cobrada de € 6.128,00 diz respeito a venda de equipamento de transporte. O actual executivo pretende alienar imóveis que não constam do PAF, em valores superiores ao previsto no PAF. Em 2014, foi lançado procedimento para alinação em hasta pública de imóvel avaliado em € 2.100.000,00 tendo ficado deserto. Em 2014, por cerca de 6 mil euros, foi vendido parte parcial do imóvel "pão com Chouriço" que consta do PAF.
Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com pessoal		X	A evolução das despesas com pessoal acompanha as imposições legais, desde os cortes nos abonos certos e permanentes, bem como, a imprevisibilidade do pagamento de subsidio de férias e de natal, do aumento da percentagem dos descontos a suportar pela entidade patronal com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e aumento e imprevisibilidade dos diversos encargos com a saúde. Não se obteve a redução (demasiado ambiciosa) de 19% prevista no PAF. A imprevisibilidade das medidas impostas pelo Orçamento de Estado desde 2011 a 2014 tendem a subverter a análise das despesas com pessoal. Facto interno e concreto é a redução do número de pessoal ao serviço, desde a entrada em vigor do PAF.
Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital	X		A entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso contribuiu decisivamente para o controlo e respectiva diminuição das aquisições de bens e serviços.
Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com transferências correntes e de capital	X		Em 2014, cumpriu-se a orçamentação dos contratos interadministrativos e respectivos acordos celebrados com as Freguesias do Concelho, no valor anual de € 125.000,00, tendo por base o regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, mediante aprovação da proposta n.º 37/2014, pelo órgão executivo, através da deliberação n.º 61 de 17/04 e pelo órgão deliberativo, a 29/04/2014, através da deliberação n.º 16/2014. Estes contratos têm prazo de execução coincidente com o mandato em curso;



			Executaram-se ainda transferências/subsídios para escolas sob a responsabilidade do Município, de acordo com legislação em curso.
Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	X		O actual executivo tem vindo a adoptar medidas de contenção de despesa, realçando como exemplo, a diminuição da facturação mensal com electricidade municipal, combustível, entre as mais significativas.
Redução de 10% com custos de Telecomunicações	X		Em 2014, no seguimento de medidas adoptadas ainda em 2013, deu-se seguimento a utilização de tecnologia "Wireless" e Renegociação do contrato com os CTT.
Redução de 15% de despesas com a aquisição do Serviço de impressão e envelopagem	X		Em curso encontra-se a renegociação do contrato de "finishing electrónico" com os CTT e a implementação/difusão de modo de pagamento VIA CTT, mais barato e cómodo.
Redução de despesas com publicidade em 10% em 2013	X		As únicas despesas realizadas em 2014 decorreram de publicação legal obrigatória.
Redução de aquisição de Serviços de segurança de edifícios camarários	X		Não existem contratos de segurança a edifícios activos.
Redução de subsídios à empresa Santa Cruz XXI		X	A Empresa Municipal entrou em processo de dissolução, conforme deliberação de Assembleia Municipal de 26/02/2014. As transferências financeiras verificadas tiveram como objecto o pagamento de diversas dívidas de terceiros à empresa municipal.
Redução de transferências para instituições sem fins lucrativos: escolas (040402) + Instituições sem fins lucrativos (040701) + famílias (040802)		X	Em 2014 finalizaram-se os contratos assinados e deliberados ainda em 2013, relativamente a transportes e actividades escolares. Foi assinado protocolo para utilização do Complexo desportivo de Gaula, pelo Clube Sport Juventude de Gaula, pelo prazo de seis meses, terminado em Dezembro de 2014.
Redução de transferências para Freguesias		X	Em 2014, cumpriu-se a orçamentação dos contratos interadministrativos e respectivos acordos celebrados com as Freguesias do Concelho, no valor anual de € 125.000,00, tendo por base o regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, mediante aprovação da proposta n.º 37/2014, pelo órgão executivo, através da deliberação n.º 61 de 17/04 e pelo órgão deliberativo, a 29/04/2014, através da deliberação n.º 16/2014. Estes contratos têm prazo de execução



			coincidente com o mandato em curso. O PAF não previa qualquer transferência para as Freguesias.
Redução de transferência para ADERAM	X		Em 2013, o anterior executivo, procedeu a denúncia do contrato.
Redução de rendas de imóveis		X	Não se obteve a redução prevista
Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município		X	O ano de 2014 registou inúmeros processos de injunção contra o Município de Santa Cruz, o que originou o seu aumento dos processos de injunções. Este item não depende de acção directa da câmara municipal.

Devem os órgãos municipais ter em conta as medidas não implementadas ou em fase de implementação.



Controlo Orçamental da Receita

- Evolução das Receitas cobradas, desde 2001

Quadro 2: Evolução das receitas cobradas desde 2001

Ano	Correntes	Capital	Outras receitas	Total
2001	8.664.987 €	15.983.185 €	54.286 €	24.702.458 €
2002	11.052.782 €	9.455.573 €	0 €	20.508.355 €
2003	10.013.380 €	6.681.823 €	578 €	16.695.781 €
2004	13.298.236 €	9.969.233 €	80 €	23.267.549 €
2005	13.436.446 €	9.415.063 €	2.093 €	22.853.602 €
2006	11.291.668 €	8.494.098 €	243 €	19.786.009 €
2007	14.716.393 €	7.148.748 €	810.531 €	22.675.672 €
2008	21.010.986 €	11.894.527 €	36 €	32.905.549 €
2009	14.342.106 €	5.542.474 €	458 €	19.885.038 €
2010	15.112.508 €	4.700.867 €	173 €	19.813.548 €
2011	13.771.673 €	3.734.293 €	1.029.194 €	18.535.160 €
2012	15.177.105 €	2.043.406 €	587.180 €	17.807.691 €
2013	15.744.694 €	2.597.884 €	407.284 €	18.749.863 €
2014	16.710.079 €	16.192.752 €	36 €	32.902.867 €

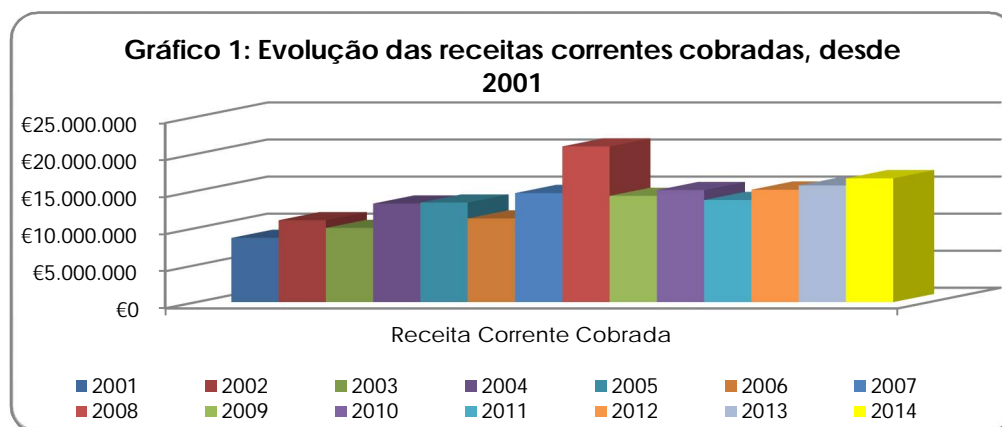




Gráfico 2: Evolução das receitas de capital cobradas, desde 2001

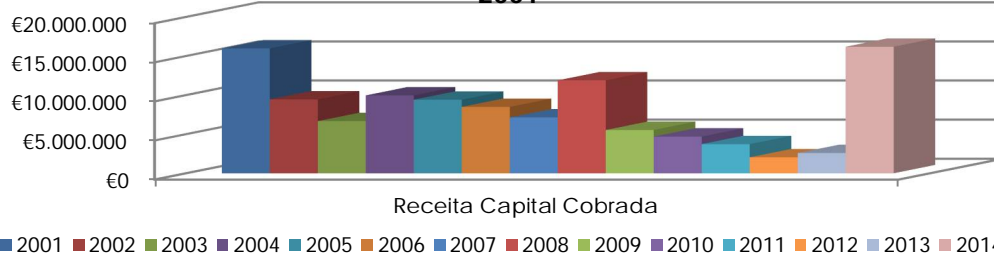
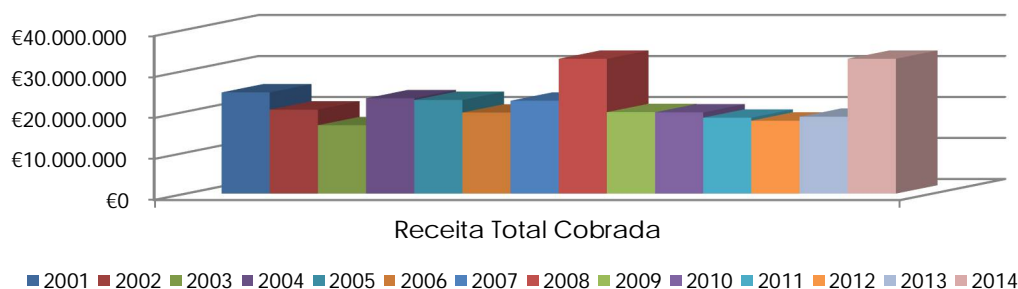


Gráfico 3: Evolução da receita total cobrada, desde 2001



Numa análise do quadro e do gráfico anteriores, podemos concluir que:

- A média anual de **recebimentos correntes**, tendo em conta os últimos catorze anos, é de cerca de 13,8 milhões de euros;
- A média anual de **receitas de capital** ou investimento, dos últimos catorze anos é de 8,1 milhões de euros;
- A **média anual do total de receitas cobradas**, correntes e de capital e ainda outras receitas, como o saldo da gerência, dos últimos catorze anos, é de 21,2 milhões de euros;
- O ano de 2014, ao **nível das receitas de correntes**, situou-se acima da média dos últimos treze anos, com 16,7 milhões de euros;
- O ano de 2014, ao **nível das receitas de capital**, registou o registo mais alto dos últimos catorze anos, apresentando o valor de 16,1 milhões de euros. O ano de 2012 registou o valor mais baixo, na ordem dos 2 milhões de euros.

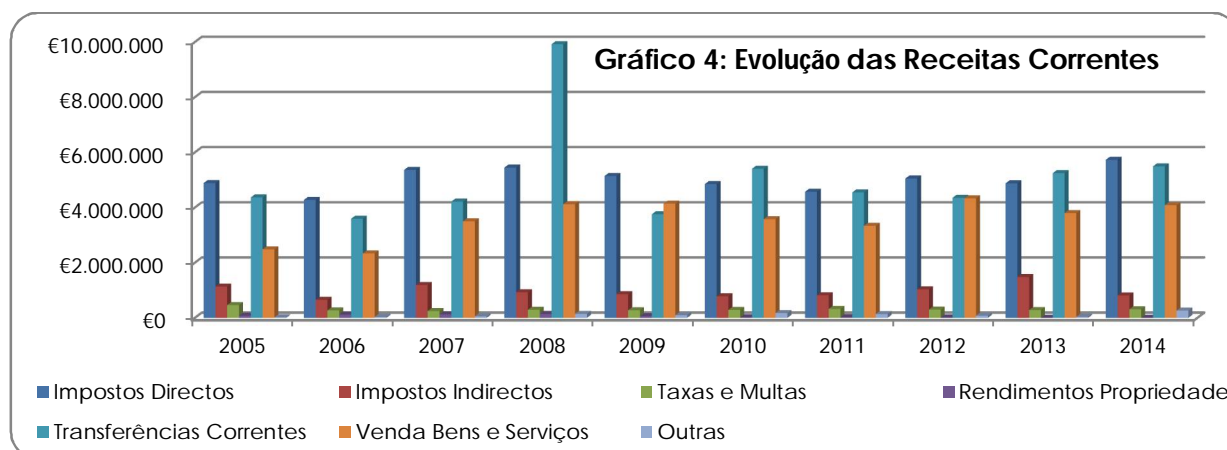
A contabilização orçamental dos empréstimos do PAEL e do REEQUILIBRIO influenciam largamente os valores da execução da receita. E também da despesa paga/executada.



- Evolução das Receitas Correntes, cobradas nos últimos 10 anos, por capítulo

Quadro 3: Evolução das receitas correntes cobradas, por capítulo, nos últimos 10 anos

Ano	Impostos Directos	Impostos Indirectos	Taxas e Multas	Rendimentos Propriedade	Transferências Correntes	Venda Bens e Serviços	Outras	Total Receitas Correntes
2005	4.887.895 €	1.133.567 €	464.528 €	78.836 €	4.368.657 €	2.482.416 €	20.546 €	13.436.446 €
2006	4.277.324 €	654.650 €	271.341 €	122.852 €	3.593.844 €	2.338.488 €	33.168 €	11.291.668 €
2007	5.365.417 €	1.193.082 €	250.415 €	131.144 €	4.216.447 €	3.503.543 €	56.343 €	14.716.393 €
2008	5.450.114 €	930.284 €	295.955 €	143.465 €	9.921.721 €	4.122.697 €	146.750 €	21.010.986 €
2009	5.146.640 €	861.886 €	279.475 €	60.051 €	3.756.723 €	4.141.479 €	95.853 €	14.342.106 €
2010	4.852.615 €	783.552 €	291.239 €	21.366 €	5.408.835 €	3.580.104 €	174.797 €	15.112.508 €
2011	4.573.831 €	818.990 €	323.471 €	25.096 €	4.550.601 €	3.338.635 €	141.049 €	13.771.673 €
2012	5.054.084 €	1.034.113 €	300.634 €	16.665 €	4.354.777 €	4.335.031 €	81.791 €	15.177.095 €
2013	4.879.746 €	1.485.625 €	284.174 €	6.242 €	5.248.286 €	3.798.873 €	41.748 €	15.744.694 €
2014	5.733.726 €	814.745 €	314.953 €	4.562 €	5.494.863 €	4.083.318 €	263.912 €	16.710.079 €



Comparativamente a 31/12/2013, destacamos:

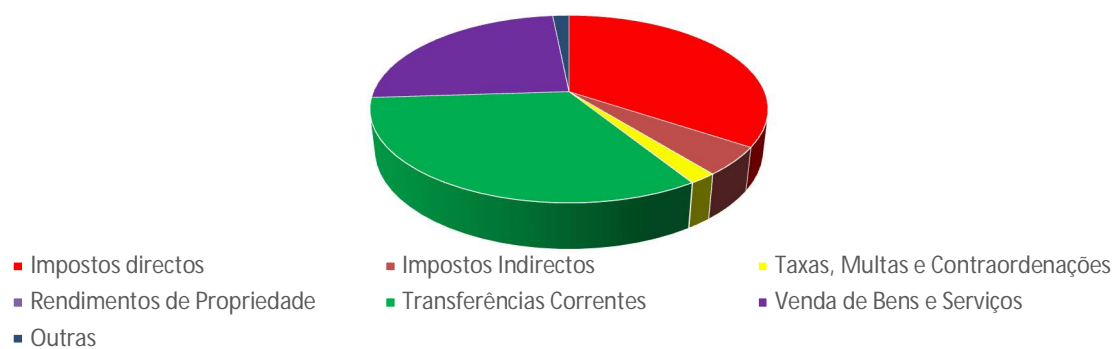
- O total das receitas correntes efetivamente cobradas, no ano de 2014, registou uma variação positiva de 6,13%. Em termos de valores brutos, mais 965 mil euros;
- Os Impostos Directos registaram uma variação positiva de 17,50%, contrariando a tendência negativa de 3,45% registada entre 2013 e 2012;



- Os Impostos Indirectos apresentaram uma variação negativa de 45,16%, anulando a evolução positiva na ordem dos 43,66 %, ocorrida entre 2013 e 2012;
- As Taxas, Multas e Penalidades registaram uma variação positiva de 10,83 %;
- As Transferências Correntes registaram uma variação positiva de 4,70 %;
- As receitas provenientes da Venda de Bens e Serviços correntes registaram uma variação positiva de 7,49 %, contrariando o decréscimo de 12,37 %, registado em 2013, face a 2012. Este capítulo representou 24,12 % do total das receitas correntes.

- Peso, por capítulo, no orçamento das Receita Correntes, em 2014

Gráfico 5: Peso de cada capítulo das Receitas Correntes, em 2014



Quadro 4: Peso de cada capítulo do Orçamento Corrente

Capítulo	Peso no Orçamento Corrente (%)
Impostos Directos	34,31%
Transferências Correntes	32,88%
Venda de Bens e Serviços	24,44%
Impostos Indirectos	4,88%
Taxas, Multas e Contraordenações	1,88%
Outras	1,58%
Rendimentos de Propriedade	0,03%
Total	100,00%



O capítulo com maior peso no orçamento corrente diz respeito aos **Impostos Directos**, representando 34,31% do total das receitas correntes recebidas, seguindo-se as Receitas oriundas das **Transferências Correntes**, com 32,88%.

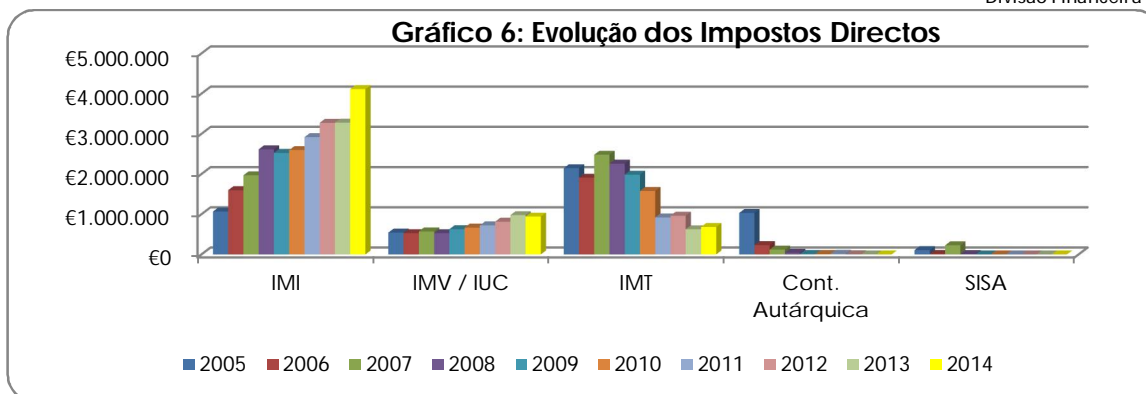
Ambos os capítulos decorrem, mais ou menos directamente, da acção do **Governo Central**, pelas receitas consignadas às leis anuais do Orçamento de Estado e da **Autoridade Tributária**, em termos de cobrança de impostos e posterior reversão para o Município.

A **Venda de Bens e Serviços** com 24,44 % e as **Taxas, Multas e Contraordenações**, com 1,88 %, representam cerca de ¼ do total do Orçamento municipal, valor baixo, para um **razoável índice de independência financeira**. Por outras palavras: as receitas com origem independente nos serviços municipais representa somente cerca de 25% do valor do orçamento corrente, o que deixa o Município muito dependente dos desígnios financeiros impostos pelos órgãos de tutela das Autarquias Municipais.

- Evolução das receitas: Impostos Diretos

Quadro 5: Evolução dos Impostos Diretos cobrados, desde 2005

Ano	IMI	IMV / IUC	IMT	Cont. Autárquica	SISA	Total Receitas de Impostos Directos
2005	1.065.049 €	542.363 €	2.143.619 €	1.029.662 €	107.202 €	4.887.895 €
2006	1.598.054 €	528.257 €	1.907.943 €	230.167 €	12.904 €	4.277.325 €
2007	1.968.374 €	571.869 €	2.480.182 €	119.403 €	225.590 €	5.365.418 €
2008	2.613.469 €	529.004 €	2.259.116 €	39.905 €	8.620 €	5.450.114 €
2009	2.524.286 €	626.530 €	1.982.962 €	12.863 €	0 €	5.146.641 €
2010	2.595.435 €	667.367 €	1.578.651 €	11.161 €	0 €	4.852.614 €
2011	2.916.293 €	721.537 €	919.842 €	16.149 €	10 €	4.573.831 €
2012	3.273.161 €	813.326 €	963.469 €	4.137 €	0 €	5.054.094 €
2013	3.277.296 €	976.463 €	624.728 €	1.259 €	0 €	4.879.746 €
2014	4.111.432 €	940.963 €	681.254 €	77 €	0 €	5.733.726 €



Como podemos observar do quadro e gráfico anterior, até 2007, o imposto direto com maior preponderância era o Imposto de Transações de Imóveis (IMT). A partir de 2008, a quebra deste imposto coincidiu com a crescente influência do Imposto Municipal de Imóveis (IMI).

Face a 31/12/2013, comparativamente:

- O capítulo dos impostos diretos registou uma variação positiva de 17,50%, mais € 853.980;
- O IMI registou uma variação positiva de 25,45%, correspondente a mais € 834.136;
- O IUC registou uma variação negativa de 3,64%, correspondente a menos € 35.501;
- O IMT registou uma variação positiva de 9,05%, correspondente a mais € 56.526.

Este capítulo das receitas correntes proporcionou ao Município de Santa Cruz o total de 5.733.725 euros.

No período de cobrança de 01/01/2014 a 31/12/2014 foram mantidas as taxas associadas ao IMI, nomeadamente:

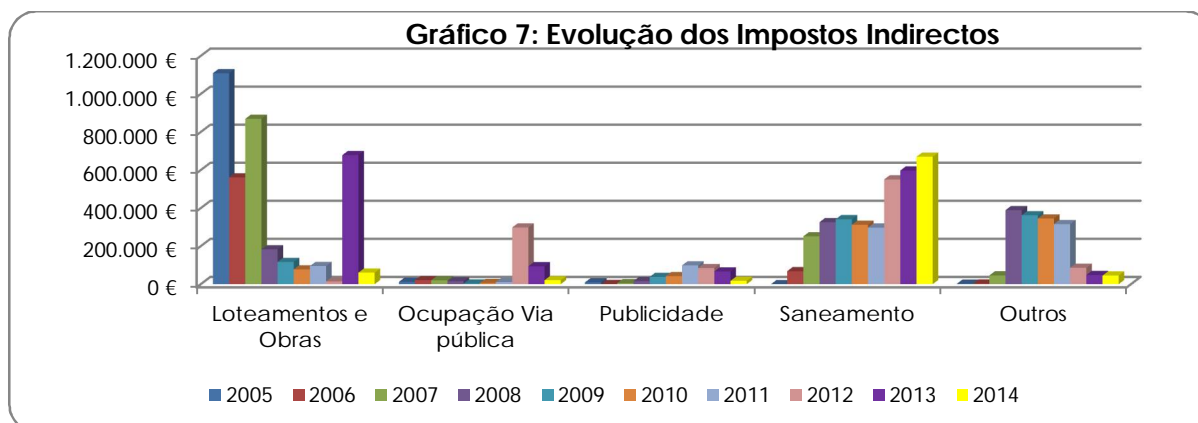
✓	Prédios Rústicos: 0,8 %;
✓	Prédios Urbanos: 0,5 %;
✓	Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,3 %.



- Evolução das receitas: Impostos Indiretos

Quadro 6: Evolução dos Impostos Indiretos nos últimos 10 anos

Ano	Loteamentos e Obras	Ocupação Via pública	Publicidade	Saneamento	Outros	Total Receitas de Impostos Indirectos
2005	1.109.114,00 €	12.423,00 €	9.395,00 €	0,00 €	2.636,00 €	1.133.568,00 €
2006	561.122,00 €	21.125,00 €	700,00 €	68.084,00 €	3.620,00 €	654.651,00 €
2007	869.108,00 €	20.873,00 €	5.375,00 €	251.628,00 €	46.098,00 €	1.193.082,00 €
2008	183.566,00 €	15.145,00 €	16.376,00 €	325.921,00 €	389.275,00 €	930.283,00 €
2009	116.855,00 €	3.277,00 €	38.306,00 €	341.394,00 €	362.055,00 €	861.887,00 €
2010	77.689,00 €	5.894,00 €	42.474,00 €	312.243,00 €	345.252,00 €	783.552,00 €
2011	95.352,00 €	11.596,00 €	98.582,00 €	297.592,00 €	315.869,00 €	818.991,00 €
2012	14.698,00 €	297.911,68 €	84.795,42 €	550.659,20 €	86.048,35 €	1.034.112,65 €
2013	678.269,35 €	94.199,00 €	66.933,34 €	597.676,44 €	48.547,08 €	1.485.625,21 €
2014	60.883,37 €	20.917,92 €	17.540,94 €	669.929,99 €	45.472,99 €	814.745,21 €



No que toca às receitas provenientes dos Impostos Indiretos, há a registar, comparativamente a 31/12/2013:

- As receitas com loteamentos e obras de empresas registaram uma variação negativa de 91,02%, representando menos € 617.385,98. De realçar, que o ano de 2013, registou valor extraordinariamente alto devido ao licenciamento do Hotel da zona do Portinho, Caniço. (Documento de Receita Individual n.º 8545/2013, respeitante a



“Alvará de obras de construção n.º 59/13” emitido à empresa PORTINHO - INVESTIMENTOS E PROJECTOS IMOBILIARIOS S.A.);

- Em 2014, o valor da receita cobrada derivada do licenciamento de obras a empresas apresentou o valor de € 60.883,37;
- As receitas oriundas da Publicidade decresceram 73,79%, menos € 49.392,40. Em 2014, as receitas cobradas de Publicidade representaram € 17.540,94. Em 2011, este tipo de receita contribui com € 98.582,00;
- As receitas com Saneamento registaram uma variação positiva de 12,09%, representando mais € 72.253,55 que em 2013. No ano de 2014, totalizaram o montante de € 669.929,99;
- As receitas com origem nos impostos indiretos, ou seja, receitas originárias da tabela de taxas municipais ou do regulamento de prestação de serviços e respetivos tarifários, com aplicação exclusiva a empresas, em 2014, e comparativamente a 2013, registaram uma variação negativa de 45,16 %, cerca de 670.926,64 euros. Com excepção das receitas do saneamento, todos os restantes sub-capítulos decresceram.
- As receitas oriundas da Ocupação da Via Pública diminuíram 77,79 %, menos € 73.281,08. Em 2014, totalizaram € 20.917,92.

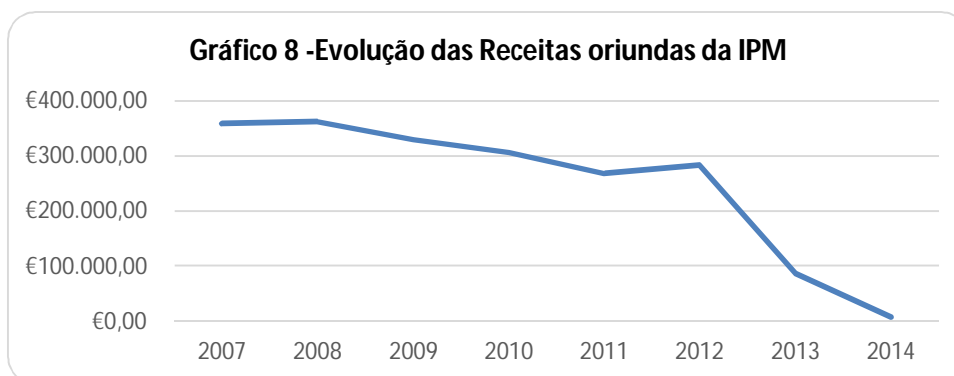
Este subcapítulo abrange as receitas provenientes da “IPM – Iluminação Pública da Madeira, Associação de Municípios”. Esta entidade transferiu para o município em 2014, o valor de € 7.312,99, menos 91,5 % ou € 78.809,46 do que o montante recebido em 2013.

A média anual de receita proveniente da IPM, tem vindo a decair, face à diminuição de verbas registada em 2013 e 2014, e cifra-se agora nos 250.274,98, considerando o período entre os anos de 2007 a 2014.



Quadro 7: Evolução da receita transferida pela IPM ao Município

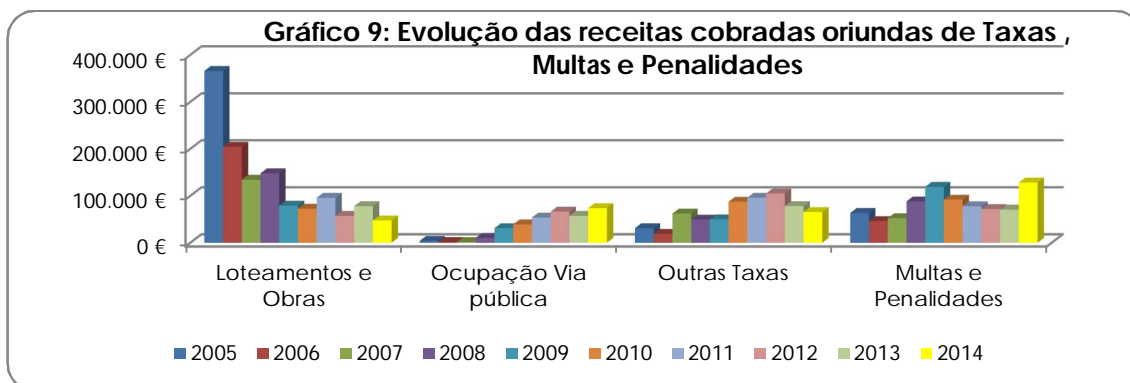
Valor recebido da IPM – Iluminação Pública da Madeira. A.M.	
2007	358.777,25 €
2008	362.602,96 €
2009	330.103,08 €
2010	305.961,63 €
2011	267.762,65 €
2012	283.556,86 €
2013	86.122,45 €
2014	7.312,99 €



- Evolução das receitas: Taxas, Multas e Penalidades Diversas

Quadro 8: Evolução das receitas provenientes de Taxas, Multas e Penalidades Diversas

Ano	Loteamentos e Obras	Ocupação Via pública	Outras Taxas	Multas e Penalidades	Total Receitas de Taxas e Multas
2005	365.811,19 €	4.004,92 €	31.141,58 €	63.570,38 €	464.528,07 €
2006	204.488,13 €	1.557,25 €	19.037,40 €	46.258,55 €	271.341,33 €
2007	134.250,24 €	1.554,49 €	62.137,66 €	52.473,04 €	250.415,43 €
2008	147.914,20 €	10.646,29 €	49.317,68 €	88.076,61 €	295.954,78 €
2009	79.218,24 €	31.091,47 €	50.050,41 €	119.114,82 €	279.474,94 €
2010	72.683,54 €	39.230,87 €	87.383,08 €	91.941,53 €	291.239,02 €
2011	95.825,61 €	53.869,92 €	95.961,82 €	77.813,84 €	323.471,19 €
2012	57.412,35 €	66.369,19 €	104.940,68 €	71.912,08 €	300.634,30 €
2013	77.924,96 €	57.401,04 €	78.125,36 €	70.722,19 €	284.173,55 €
2014	47.613,50 €	73.660,42 €	65.474,84 €	128.203,91 €	314.952,67 €



As receitas oriundas do capítulo de Taxas, Multas e Penalidades, que são aplicadas a particulares, apresentam uma variação positiva de 10,83%, face aos valores apresentados em 2013. O total deste capítulo da receita foi de € 314.952,67.

Quadro 9: Receitas Cobradas provenientes de Multas, Juros e Outras Penalidades

Ano	Juros de Mora	Juros Compensatórios	Coimas e contraordenações	Multas e Penalidades Diversas	Total
2013	9.335,30 €	22.977,08 €	10.385,57 €	28.282,41 €	70.980,36 €
2014	81.557,37 €	12.250,88 €	5.019,06 €	29.376,60 €	128.203,91 €

Da análise dos dados anteriores, salienta-se a variação positiva na cobrança de juros de mora e, de modo negativo e a sugerir uma análise aos procedimentos em vigor, os valores residuais cobrados de contraordenações.



- Evolução das Receitas: Transferências Correntes

Quadro 10: Evolução das Receitas provenientes de Transferências Correntes

Ano	Outros	Fundo Equilíbrio Financeiro	Fundo Social Municipal	Participação do IRS	RUMOS	SRPF - Limpezas 20/02/2010	Segurança Social	Total
2005	765.435 €	3.573.406 €	0 €	0 €	0 €	0 €	29.816 €	4.368.657 €
2006	0 €	3.573.406 €	0 €	0 €	0 €	0 €	20.438 €	3.593.844 €
2007	0 €	2.728.598 €	488.538 €	977.710 €	0 €	0 €	21.601 €	4.216.447 €
2008	5.362.847 €	2.803.705 €	570.156 €	1.145.655 €	0 €	0 €	39.358 €	9.921.721 €
2009	0 €	2.879.631 €	645.117 €	197.656 €	0 €	0 €	34.319 €	3.756.723 €
2010	0 €	2.927.810 €	633.091 €	1.086.822 €	3.038 €	735.000 €	23.074 €	5.408.835 €
2011	0 €	2.767.981 €	598.466 €	1.152.219 €	20.236 €	0 €	11.998 €	4.550.900 €
2012	0 €	2.589.683 €	560.324 €	1.169.109 €	0 €	0 €	35.661 €	4.354.777 €
2013	41.000 €	3.452.911 €	560.324 €	1.169.109 €	0 €	0 €	24.942 €	5.248.286 €
2014	0 €	3.683.729 €	560.324 €	1.225.793 €	0 €	0 €	25.017 €	5.494.863 €

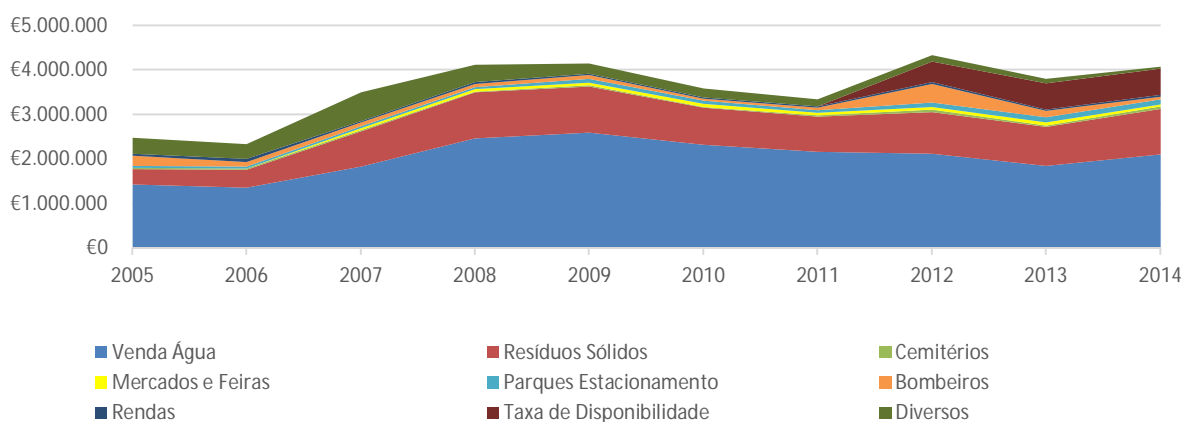
Da análise do mapa e gráfico relativos à evolução das transferências correntes, verifica-se que, face a 2013, registou-se uma variação positiva de 4,70 %, mais € 246.577 euros recebidos.

As receitas oriundas da participação de IRS, previstas na Lei de Orçamento de Estado referentes ao ano de 2009 e 2010 continuam por receber, e totalizam o valor de € 1.087.085, valor a que poderá crescer eventuais juros de mora.

- Evolução da Receitas: Venda de Bens e Serviços Correntes

Quadro 11: Evolução das receitas de venda de bens e serviços correntes

Ano	Venda Água	Resíduos Sólidos	Cemitérios	Mercados e Feiras	Parques Estacionamento	Bombeiros	Rendas	Taxa de Disponibilidade	Diversos	Total
2005	1.427.154 €	349.165 €	30.066 €	0 €	45.391 €	218.078 €	50.648 €	0 €	361.914 €	2.482.416 €
2006	1.349.547 €	407.654 €	27.505 €	0 €	40.007 €	113.482 €	62.577 €	0 €	337.716 €	2.338.488 €
2007	1.830.427 €	792.337 €	26.615 €	39.662 €	48.446 €	83.021 €	38.945 €	0 €	644.090 €	3.503.543 €
2008	2.464.579 €	1.029.860 €	26.013 €	47.732 €	46.964 €	70.982 €	39.531 €	0 €	397.036 €	4.122.697 €
2009	2.593.375 €	1.036.590 €	33.048 €	55.859 €	90.501 €	76.648 €	26.893 €	0 €	228.565 €	4.141.479 €
2010	2.314.683 €	837.796 €	22.331 €	70.349 €	63.195 €	52.291 €	22.388 €	0 €	197.071 €	3.580.104 €
2011	2.168.151 €	786.882 €	31.713 €	58.823 €	53.134 €	52.291 €	31.887 €	0 €	155.754 €	3.338.635 €
2012	2.119.545 €	932.503 €	60.943 €	63.651 €	93.595 €	422.743 €	34.953 €	461.562 €	145.536 €	4.335.031 €
2013	1.838.885 €	881.933 €	35.978 €	66.675 €	114.084 €	142.551 €	33.477 €	583.337 €	101.955 €	3.798.873 €
2014	2.101.053 €	1.030.970 €	50.849 €	48.169 €	106.556 €	58.828 €	47.495 €	585.104 €	54.294 €	4.083.318 €

Gráfico 10: Evolução das Receitas Oriundas da Venda de Bens e Serviços

Como se pode verificar através do quadro e do gráfico acima representados, a venda de água potável, é a rubrica com maior peso de execução no capítulo em apreciação com 48,41%, representando em 2014, a arrecadação de € 2.101.053, mais 262.169 euros, cerca de 14,25 % do que os valores registados em 2013.

A segunda receita mais significativa deste capítulo, a recolha de resíduos sólidos, apresentou uma variação positiva de 16,90 % face a 2013, mais 149.037 euros, totalizando o valor recebido de € 1.030.970.

As receitas provenientes da secção de cemitérios registaram uma variação positiva cerca de 41,33 %, mais € 14.871 do que o registado no ano de 2013, totalizando o valor de € 50.849.

Os serviços prestados pelos Bombeiros Municipais registaram uma diminuição de 58,73%, cerca de 83.723 euros, face ao registado em 2013. O SESARAM (principal contraparte/utente dos serviços prestados e facturados pelos serviços de Bombeiros Municipais) pagou o valor de € 39.085,20 no ano de 2014. Em 2013, o SESARAM pagou ao Município € 115.355,34. A 31/12/2014, encontram-se facturas emitidas à SESARAM, por receber, no valor de € 101.947,58

As receitas provenientes dos parquímetros municipais e parques de estacionamento em 2014 registaram uma variação negativa, face aos valores de 2013, de 6,60%, menos 7.528 euros. De salientar que, à data de elaboração do presente relatório, encontra-se em fase de discussão pública, um novo Regulamento Municipal deste sector, que conjuntamente com um novo



contrato de concessão, permitirá uma melhor defesa dos interesses da câmara, e expectavelmente, um aumento das receitas.

Comparando com 31/12/2013, o total do capítulo registou uma variação positiva de 7,49 %, o que representou um aumento de cerca de 248 mil euros. O Município “vendeu” bens e serviços em cerca de quatro milhões de euros.

Em termos de gestão dos recursos municipais, as receitas inscritas neste capítulo, a sua gestão diária e mensal, a adequação entre os regulamentos municipais em vigor (taxas e tarifas), devem ser repensadas e analisadas pelos próprios serviços e criados mecanismos de auditoria interna que permitam obter, quiçá, melhores resultados financeiros.

- Evolução das principais receitas de capital ou de Investimento

Quadro 12: Evolução das principais receitas de capital

(em euros)

Ano	Venda de Terrenos/Habitacões e equip. transporte	FEF - Capital	POP RAM III	IFAP/PRODERAM	Serviços Fundos Autónomos (IHRU/IHM)	Cooperação Técnica e Financeira RAM	Lei de Meios	Outras	Empréstimos	Total
2005	240.000	2.382.270	109.488	161.028	0	5.933.922	0	588.355	0	9.415.063
2006	0	2.382.270	524.780	193.135	1.153.694	4.167.781	0	72.438	0	8.494.098
2007	0	1.774.792	255.372	325.421	0	4.740.616	0	40	52.508	7.148.749
2008	0	1.839.558	45.980	0	0	4.336.888	0	0	5.672.101	11.894.527
2009	50.000	1.919.754	227.493	0	12.139	3.214.135	0	28.807	90.146	5.542.474
2010	0	1.951.872	0	398.934	0	1.885.077	0	17.811	447.172	4.700.866
2011	18.827	1.845.121	0	150.237	1.333.484	386.625	0	0	0	3.734.294
2012	56.480	1.726.456	0	156.567	0	103.903	0	0	0	2.043.406
2013	1.650	863.228	0	30.166	435.983	857.579	400.729	8.550	0	2.597.884
2014	6.128	409.303	0	4.290	0	687.382	410.741	0	14.674.908	16.192.752
Total	373.085	17.094.624	1.163.113	1.419.777	2.935.300	26.313.908	811.470	716.001	20.936.835	71.764.113
Média anual (últimos 10 anos)	37.309	1.709.462	116.311	141.978	293.530	2.631.391	81.147	71.600	2.093.684	7.176.411



No âmbito das receitas de capital ou investimento, é de realçar:

As Receitas de Capital continuam a estar muito dependentes das transferências oriundas de terceiros;

- A venda de habitações, terrenos e equipamentos de transporte tem uma execução muito fraca, de 2,5 %, face ao previsto.

Do Programa de Ajustamento do PAEL, constava a receita prevista com a venda dos seguintes imóveis:

- ✓ Prédio Urbano, matriz n.º 2434, Freguesia de Santa Cruz, “Escola das Levadas”, no valor de € 104.747,55;
 - ✓ Prédio Urbano, matriz n.º 3032, na Freguesia de Santa Cruz, “Pão com Chouriço”, no valor de € 20.949,53;
 - ✓ Prédio Urbano com matriz n.º 1132, na Freguesia de Gaula, “Serragem”, no valor de € 10.657,72;
 - ✓ Prédio Urbano com matriz n.º 1285, na Freguesia de Gaula, “Escola da Fazenda”, no valor de € 110.857,81.
 - ✓ Foi vendido parte parcial do Prédio Urbano, com a matriz n.º 3032, na Freguesia de Santa Cruz, referenciado como “Pão com Chouriço”, pelo valor de € 6.128,00 (conforme consta da Deliberação de Câmara n.º 227 de 23/10/2014).
 - ✓ De referir que, a intenção constante das deliberações dos órgãos municipais n.º 184/2014 e 43/2014, de alienação em hasta pública do prédio urbano, localizado na Freguesia do Caniço, Concelho de Santa Cruz, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Cruz, sob o n.º 5553/20091127, com a área de cerca de 22 mil metros, pelo valor mínimo de € 2.100.000,00, não foi bem-sucedida pela inexistência de interessados.
- O Fundo de Equilíbrio Financeiro, componente de capital, proveniente da Lei de Orçamento de Estado para 2014, registou um decréscimo de 52,58% face a 2013, sendo redirecionado unilateralmente pela tutela, para a vertente corrente do Fundo, face à situação de ruptura financeira do Município;
 - A Secretaria Regional do Plano e Finanças, quanto a contratos-programa de cooperação técnica e financeira para a construção de empreitadas e para o apoio na



aquisição de equipamento de socorro e protecção civil, transferiu em 2014, o valor de € 687.382,00. Por transferir, a 31/12/2014, ficou o saldo de € 51.123,00, montante correspondente a 95% da factura n.º 140169, datada de 18/12/2014, relativa ao Auto de Vistoria e Medições de Trabalhos n.º 1 da empreitada “Construção da 3ª fase do Cemitério do Caniço”, realçando que, por solicitação da Secretaria Regional do Plano e Finanças, o pedido de libertação ocorreu em 2015, dia 08 de Janeiro.

- A média anual das receitas de capital efectivamente cobradas, dos últimos dez anos, é de 7,1 milhões de euros, sendo que a contabilização de empréstimos, nomeadamente com a finalidade de pagamento de dívidas influencia significativamente a componente de capital do orçamento municipal;
Comparativamente a 2013, o ano de 2014 apresentou uma variação positiva do total de receitas de capital arrecadadas de 523,3 %, mais 13,5 M€, salientando que a receita proveniente dos empréstimos do PAEL e REEQUILIBRIO FINANCEIRO representou € 14.674.908,43.



- Dívidas de Terceiros ao Município

Quadro 13: Dívidas de terceiros ao Município, por classificação económica, proveniente de receitas correntes, desde 2012

RUBRICA DO ORÇAMENTO DA RECEITA	RECEITAS POR COBRAR A 31/12/2012	RECEITAS POR COBRAR A 31/12/2013	RECEITAS POR COBRAR A 31/12/2014
Ocupação da Via Pública –empresas	9.825,56 €	9.913,81 €	122.828.965,17 €
Participação fica no IRS	1.087.085,00 €	1.087.085,00 €	1.087.085,00 €
Água	700.759,77 €	684.144,50 €	609.585,73 €
Tarifa de Recolha de Lixo	229.302,93 €	225.178,26 €	214.512,55 €
Serviços Prestados pelos Bombeiros	97.176,42 €	68.416,06 €	138.687,64 €
Saneamento	110.584,57 €	118.956,98 €	111.701,51 €
Loteamentos e Obras - empresas	82.703,11 €	82.360,14 €	82.360,14 €
Ramais de ligação de esgoto	66.304,45 €	66.077,42 €	77.266,45 €
Publicidade	53.665,40 €	45.834,37 €	64.389,92 €
Taxa disponibilidade	32.993,56 €	41.088,64 €	48.521,37 €
Rendas – Edifícios	90.656,31 €	28.920,00 €	31.009,26 €
Mercados e Feiras	28.430,56 €	27.802,07 €	30.900,44 €
Outras	12.720,95 €	16.921,74 €	28.643,75 €
Outros	27.335,87 €	27.357,26 €	25.961,24 €
Rendas - habitações	19.581,35 €	22.734,21 €	25.706,47 €
Taxas específicas	5.487,83 €	4.681,84 €	9.637,24 €
Parquímetros	0,00 €	0,00 €	7.959,84 €
Outros Serviços de Saneamento	6.770,03 €	5.255,80 €	7.863,16 €
Coimas e penalidades por contraordenações	4.817,00 €	4.486,10 €	4.436,10 €
Juros de mora	169.945,69 €	170.361,45 €	4.069,63 €
Multas e penalidades diversas	1.811,94 €	3.909,41 €	3.901,11 €
Cemitérios	2.493,38 €	8.443,50 €	1.226,20 €
Outros	1.160,39 €	2.049,79 €	815,67 €
Restabelecimentos e desistências de água	302,65 €	164,68 €	749,08 €
Remoção e Transporte de Lixo	398,70 €	475,62 €	383,72 €
Outras Receitas Correntes	926,02 €	250,00 €	250,00 €
Aluguer de espaços e equipamentos	240,00 €	160,00 €	160,00 €
Vistorias e Ensaio	0,00 €	51,66 €	51,66 €
Serviços Sociais, Recreativos, outros	2.262,64 €	15,21 €	15,21 €
Transferências Correntes - R.A.M.	41.000,00 €	0,00 €	0,00 €
Venda de Contentores de lixo	39,80 €	0,00 €	0,00 €
Venda de Resíduos para Reciclagem	21.215,47 €	21.215,47 €	0,00 €
TOTAL	2.907.997,35 €	2.774.310,99 €	125.446.815,26 €



Do quadro anterior, observamos que, no fim do ano de 2014, encontrava-se por arrecadar o valor de cerca de 125,4 M€, correspondente às principais dívidas para com o Município, de natureza corrente, particularizando os seguintes casos:

- 1) O valor de € 121.684.803,54, diz respeito às taxas emitidas por liquidar, de ocupação do domínio público municipal, dos anos de 2012, 2013 e 2014, emitidas em nome da “Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.”, (Proposta N.º 194/2014, aprovada pela Assembleia Municipal a 29 de Outubro de 2014), conforme regulamento municipal, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 250 de 30/12/2011;
- 2) O valor de € 1.123.080,00, englobado diz respeito às taxas emitidas por liquidar, de ocupação do domínio público municipal, dos anos de 2012, 2013 e 2014, em nome da “IGA – Investimentos e Gestão de Água, S.A.” conforme regulamento municipal publicado no diário da república, 2.ª Série, n.º 250 de 30/12/2011;
- 3) As verbas inscritas nas Leis de Orçamento de Estado dos anos de 2009 e 2010 e nos orçamentos municipais respectivos, provenientes da participação do IRS, no valor de € 1.087.085,00;
- 4) O valor por receber de € 609.585,73 pela venda de água;
- 5) O valor emitido por receber de € 214.512,55 referente a tarifa de recolha de lixo;
- 6) O valor por receber de € 138.687,64, referente a serviços prestados pelos Bombeiros Municipais;
- 7) O valor emitido por receber de € 111.701,51 referente a tarifa de saneamento;

De referir ainda que, no seguimento dos procedimentos executados na gerência de 2013, também em 2014, registaram-se provisões referentes a elementos do circulante, nomeadamente, **provisões para cobranças duvidosas, provenientes de dívidas de terceiros afetos a serviços de venda de água, recolha de resíduos, saneamento e taxas de disponibilidade.**

De acordo com o ponto 2.7.1 – Provisões, do POCAL a constituição de provisões deve basear-se em dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja justificado.



O montante anual acumulado de provisão é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas de mora há mais de 6 meses e até 12 meses
- b) 100% para dívidas há mais de 12 meses.

Assim, foram constituídas provisões no valor de **€ 719.205,96**, conforme obtida através da aplicação informática de ÁGUAS, que providência os dados relativos a facturação colectiva de Águas, Resíduos e Saneamento.

Estes valores foram posteriormente transferidos para a conta "21.8 – Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa".



Controlo Orçamental da Receita Vs. Previsão do Plano Ajustamento Financeiro

Quadro 14: Execução Orçamental da Receita versus previsão do PAF

Orçamento	Valores Previstos Orçamento Municipal 2014	Execução do Orçamento a 31-12-2014	Taxa de Execução Orçamental	Desvio		Valores Previstos no PAF para 2014	Desvio entre Execução do Orçamento e PAF	
				Valores Brutos	%		Valores Brutos	em %
Receitas correntes	28.495.760	16.710.169	58,64%	-11.785.591	-41,36%	18.722.636	-2.012.467	-10,75%
Impostos directos	5.025.243	5.733.726	114,10%	708.483	14,10%	5.454.495	279.231	5,12%
IMI	3.324.447	4.111.432	123,67%	786.986	23,67%	3.471.606	639.826	18,43%
IMT	832.950	681.254	81,79%	-151.697	-18,21%	1.226.188	-544.934	-44,44%
Derrama	0	0	0,00%	0	0,00%	25.000	-25.000	-100,00%
Outros	867.846	941.040	108,43%	73.194	8,43%	731.700	209.339	28,61%
Impostos indirectos	1.224.087	814.745	66,56%	-409.342	-33,44%	1.298.002	-483.257	-37,23%
Taxas, multas e outras penalidades	308.675	314.953	102,03%	6.278	2,03%	376.871	-61.918	-16,43%
Taxas	236.540	186.749	78,95%	-49.792	-21,05%	224.224	-37.476	-16,71%
Multas	72.135	128.204	177,73%	56.069	77,73%	152.646	-24.443	-16,01%
Rendimentos da propriedade	15.481	4.652	30,05%	-10.828	-69,95%	23.916	-19.264	-80,55%
Transferências correntes	5.493.922	5.494.863	100,02%	941	0,02%	6.583.153	-1.088.290	-16,53%
Venda de bens e serviços correntes	4.027.055	4.083.318	101,40%	56.263	1,40%	4.698.410	-615.092	-13,09%
Venda de bens	2.098.709	2.101.053	100,11%	2.344	0,11%	2.889.505	-788.452	-27,29%
Serviços	1.893.003	1.934.770	102,21%	41.767	2,21%	1.756.010	178.760	10,18%
Rendas	35.343	47.495	134,38%	12.152	34,38%	52.895	-5.400	-10,21%
Outras receitas correntes	12.401.297	263.912	2,13%	-12.137.385	-97,87%	287.789	-23.877	-8,30%
Receitas de capital	22.266.539	16.192.752	72,72%	-6.073.787	-27,28%	2.152.787	14.039.965	652,18%
Venda de bens de investimento	248.213	6.128	2,47%	-242.085	-97,53%	0	6.128	100,00%
Terrenos	0	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Habitacões	0	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Edifícios	247.213	6.128	2,48%	-241.085	-97,52%	0	6.128	100,00%
Outros bens de investimento	1.000	0	0,00%	-1.000	-100,00%	0	0	100,00%



Transferências de capital	2.198.814	1.511.715	68,75%	-687.099	-31,25%	2.146.966	-635.251	-29,59%
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	409.303	409.303	100,00%	0	0,00%	1.727.429	-1.318.126	-76,31%
Ativos financeiros	0	0	0,00%	0	0,00%	0	0	0,00%
Passivos financeiros	19.819.507	14.674.908	74,04%	-5.144.599	-25,96%	0	14.674.908	100,00%
Outras receitas de capital	5	0	0,00%	-5	-100,00%	5.821	-5.821	-100,00%
Rep. não abatidas nos pagamentos	50	36	72,18%	-14	-27,82%	206	-170	-82,50%
Total Receita	50.762.348	32.902.957	64,82%	-17.859.391,46	-35,18%	20.875.629	12.027.327	57,61%
Receitas correntes	28.495.760	16.710.169	58,64%	-11.785.590,59	-41,36%	18.722.636	-2.012.467	-10,75%
Receitas de capital	22.266.539	16.192.752	72,72%	-6.073.786,96	-27,28%	2.152.787	14.039.965	652,18%

Da análise do quadro anterior:

- Em termos de execução, o ano de 2014, apresenta valores brutos acima do previsto no PAF; Tal facto fica a dever-se, essencialmente à utilização do capital dos empréstimos do PAEL e REEQUILIBRIO, caracterizados pela consignação do pagamento da dívida;
- Com relevância, somente o IMI apresentou valores cobrados acima do previsto com o PAF. Mesmo sem aplicação das taxas máximas;
- De notar que a maioria das rubricas do orçamento da receita estão aquém do previsto.

Recuperando o referido em relatórios anteriores e tendo em conta o exposto na abordagem de diversos capítulos da Receita, toma-se a liberdade de sugerir a devida ponderação das medidas seguintes, realçando que alguns itens abordados estão efectivamente em curso à presente data, sendo que são elencadas medidas não incluídas no PAF/PAEL:

- 1- **Arrolamento, identificação e instrução de processos devidos, de imóveis não inscritos na Autoridade Tributária, logo isentos do pagamento de IMI** (exemplos: aeroporto, portos, estação tratamento de resíduos da meia serra, etc). Do primeiro relatório preliminar de auditoria externa às contas do Município, consta no ponto VIII, n.º 3.º "Liquidação do IMI do Aeroporto Internacional da Madeira – contactado o serviço de finanças e em face da inexistência de artigo matricial que permita a sua liquidação vai ser promovida a inscrição oficiosa e a consequente solicitação de liquidação de IMI por parte do Município de Santa Cruz";



- 2- Aplicação **das taxas máximas de IMI e Derrama**, para 2015, a cobrar em 2016;

- 3- **A revisão e atualização de todos os tarifários às recomendações da ERSAR e ao PAF.**
A Assembleia Municipal, em 27/06/2014, aprovou a proposta n.º 96/2014, relativa ao aumento do tarifário do Fornecimento de água potável, em baixa, em consequência do aumento imposto pela IGA;

- 4- A concretização do arrolamento de todos os **“consumidores-não pagadores”** da prestação de serviços ou venda de bens, seja de água, recolha de lixo, saneamento, cemitérios, bombeiros, e todos os outros casos, para posterior instrução de procedimentos para facturação;

- 5- **A revisão de regulamentos municipais e procedimentos quanto a isenções e cálculos de médias de consumo**, normalmente calculados ou deferidos em prejuízo das contas do município;

- 6- Arrolamento e identificação da ocupação dos **cemitérios municipais**. Apurando taxas de ocupação e por ocupar e conferência da facturação emitida;

- 7- Identificação de utilizadores dos **mercados e feiras** e conferência de facturação e ponderação de novas regras de utilização dos espaços municipais. Encontra-se em fase de estudo novas regras de acesso à feira do Santo da Serra;

- 8- Levantamento de **vendedores ambulantes ou de “fim-de-semana”** e aplicação de taxas definidas no regulamento municipal;

- 9- **Identificação de imóveis e verificação do respectivo processo de licenciamento.**
Ponderação de aplicação de eventuais multas devidamente fundamentadas, para imóveis sem o devido registo e licenciamento. Do primeiro relatório preliminar de auditoria externa às contas do Município, consta no ponto VIII, n.º 9.º: “Aumento das



acções de fiscalização da legalidade urbanística e levantamento de autos de contra-ordenação em caso de verificação de ilegalidades";

- 10- **Aplicação de multas**, em casos fundamentados de incumprimento, nos procedimentos de concursos e respectivos cadernos de encargos;

- 11- Melhoria e universalização dos procedimentos de **execução fiscal e contraordenações**.
À presente data, está em desenvolvimento a introdução do módulo informático das execuções fiscais e interligação com outras aplicações informáticas;

- 12- **Venda de imóveis referenciados no PAF e/ou outros**. Destaque para os prédios municipais do parque industrial da cancela, Sítio da Abegoaria. Do primeiro relatório preliminar de auditoria externa às contas do Município, consta no ponto VIII, n.º 4-º: "Regularização do Parque Industrial da Cancela – o serviço de finanças competente encontra-se neste momento a promover oficiosamente às inscrições dos artigos matriciais, pelo que irá dentro em breve ser possível liquidar respectivos IMI's" e o ponto n.º 6. "Alienação em Hasta Pública do prédio da cancela pertencente à Empresa Santa Cruz XXI" – o processo de alienação, de acordo com o Regulamento Municipal de Alienação de Imóveis, ficou deserto;

- 13- **Reembolso do montante de IRS de parte do ano de 2009 e do ano de 2010**. Do primeiro relatório preliminar de auditoria externa às contas do Município, consta no ponto VIII, n.º 5.º: "Reembolso do montante do IRS de parte de 2009 e do ano de 2010. Em outubro de 2014, deu entrada no TAF, a acção judicial;

- 14- Exploração adequada, com procedimentos de **concessão**, e conseqüentemente de cobrança de receita, de **imóveis municipais**;

- 15- Do primeiro relatório preliminar de auditoria externa às contas do Município, consta no ponto VIII, n.º 7.º: "Fornecimento de água em baixa ao Aeroporto Internacional da Madeira – estando neste momento em curso o estudo necessário para a prossecução deste objectivo";



16- Do primeiro relatório preliminar de auditoria externa às contas do Município, consta no ponto VIII, n.º 8.º: "**Cobrança da passagem das condutas de abastecimento em alta do IGA** – estando em curso o estudo necessário para a prossecução deste objectivo". Esta medida foi efectuada, não se tendo concretizado até à data, na entrada de valores. O mesmo procedimento foi adoptado à Empresa de Electricidade da Madeira, no que toca à rede pública utilizada.



Controlo Orçamental da Despesa Vs. Previsão do Plano Ajustamento Financeiro

Quadro 15: Execução Orçamental da Despesa versus previsão do PAF

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2014	Execução do Orçamento a 31-12-2014	Taxa de Execução Orçamental	Desvio		Valores Previstos no PAF para 2014	Desvio entre Execução do Orçamento e PAF	
				Valores Brutos	%		Valores Brutos	em %
Despesas correntes	35.442.598,73	23.204.803,84	65,47%	-12.237.794,89	-34,53%	16.604.396,19	6.600.407,65	39,75%
Despesas com o pessoal	6.929.489,15	6.514.846,65	94,02%	-414.642,50	-5,98%	5.331.963,19	1.182.883,46	22,18%
Remunerações certas e permanentes	4.930.097,24	4.708.574,81	95,51%	-221.522,43	-4,49%	4.181.129,19	527.445,62	12,61%
Abonos variáveis ou eventuais	431.772,00	392.350,20	90,87%	-39.421,80	-9,13%	478.015,79	-85.665,59	-17,92%
Segurança social	1.567.619,91	1.413.921,64	90,20%	-153.698,27	-9,80%	672.818,21	741.103,43	110,15%
Aquisição de bens e serviços	18.056.172,76	13.400.328,50	74,21%	-4.655.844,26	-25,79%	9.271.867,42	4.128.461,08	44,53%
Aquisição de bens	7.837.576,40	6.834.926,46	87,21%	-1.002.649,94	-12,79%	3.462.277,95	3.372.648,52	97,41%
Aquisição de serviços	10.218.596,36	6.565.402,04	64,25%	-3.653.194,32	-35,75%	5.809.589,48	755.812,57	13,01%
Juros e outros encargos	8.537.836,79	2.952.563,53	34,58%	-5.585.273,26	-65,42%	1.668.672,54	1.283.890,99	76,94%
Resultantes do PAEL	509.656,00	196.481,37	38,55%	-313.174,63	-61,45%	935.850,00	-739.368,63	-79,01%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	286.572,56	138.616,89	48,37%	-147.955,67	-51,63%	107.325,00	31.291,89	29,16%
Resultantes de endividamento de curto prazo	7.741.608,23	2.617.465,27	33,81%	-5.124.142,96	-66,19%	625.497,54	1.991.967,73	318,46%
Transferências correntes	707.600,00	115.524,90	16,33%	-592.075,10	-83,67%	51.964,87	63.560,04	122,31%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00%	0,00	-	0,00	0,00	-
Freguesias	112.500,00	57.368,90	50,99%	-55.131,10	-49,01%	0,00	57.368,90	100%
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00%	0,00	-	0,00	0,00	-
Instituições sem fins lucrativos	125.100,00	34.294,36	27,41%	-90.805,64	-72,59%	0,00	34.294,36	100%
Famílias	420.000,00	206,64	0,05%	-419.793,36	-99,95%	0,00	206,64	100%
Outras	50.000,00	23.655,00	47,31%	-26.345,00	-52,69%	51.964,87	-28.309,87	-54,48%
Subsídios	100.425,00	100.399,03	99,97%	-25,97	-0,03%	0,00	100.399,03	100%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	100.425,00	100.399,03	99,97%	-25,97	-0,03%	0,00	100.399,03	100%
Famílias	0,00	0,00	0,00%	0,00	-	0,00	0,00	-
Outros	0,00	0,00	0,00%	0,00	-	0,00	0,00	-



Município de Santa Cruz
Divisão Financeira

Outras despesas correntes	1.111.075,03	121.141,23	10,90%	-989.933,80	-89,10%	279.928,18	-158.786,95	-56,72%
Despesas de capital	15.319.699,67	9.029.855,21	58,94%	-6.289.844,46	-41,06%	3.667.706,84	5.362.148,37	146,20%
Aquisição de bens de capital	11.191.696,39	6.607.315,47	59,04%	-4.584.380,92	-40,96%	1.073.000,00	5.534.315,47	515,78%
Investimentos	1.054.435,57	722.157,16	68,49%	-332.278,41	-31,51%	400.000,00	322.157,16	80,54%
Terrenos	1,00	0,00	0,00%	-1,00	-100,00%	0,00	0,00	0%
Habitacões	1,00	0,00	0,00%	-1,00	-100,00%	0,00	0,00	0%
Edifícios	383.421,30	198.332,60	51,73%	-185.088,70	-48,27%	100.000,00	98.332,60	98,33%
Construções diversas	252.117,20	184.311,95	73,11%	-67.805,25	-26,89%	200.000,00	-15.688,05	-7,84%
Outros	418.895,07	339.512,61	81,05%	-79.382,46	-18,95%	100.000,00	239.512,61	239,51%
Locação financeira	0,00	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00	0%
Bens de dominio público	10.137.260,82	5.885.158,31	58,05%	-4.252.102,51	-41,95%	673.000,00	5.212.158,31	774,47%
Transferências de capital	80.000,00	0,00	0,00%	-80.000,00	-100,00%	0,00	0,00	0%
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00	0%
Freguesias	0,00	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00	0%
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00	0%
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00	0%
Famílias	80.000,00	0,00	0,00%	-80.000,00	-100,00%	0,00	0,00	0%
Outras	0,00	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00	0%
Activos financeiros	15.978,28	15.975,30	99,98%	-2,98	-0,02%	102.799,84	-86.824,54	-84,46%
Passivos financeiros	3.160.424,00	2.342.651,74	74,12%	-817.772,26	-25,88%	2.491.907,00	-149.255,26	-5,99%
Resultantes do PAEL	839.096,00	591.870,42	70,54%	-247.225,58	-29,46%	809.822,00	-217.951,58	-26,91%
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	2.321.328,00	866.735,06	37,34%	-1.454.592,94	-62,66%	1.682.085,00	-815.349,94	-48,47%
Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00	0%
Outras despesas de capital	871.601,00	63.912,70	7,33%	-807.688,30	-92,67%	0,00	63.912,70	#DIV/0!
Total despesa	50.762.298,40	32.234.659,05	63,50%	-18.527.639,35	-36,50%	20.272.103,03	11.962.556,02	59,01%
Despesa corrente	35.442.598,73	23.204.803,84	65,47%	-12.237.794,89	-34,53%	16.604.396,19	6.600.407,65	39,75%
Despesa de capital	15.319.699,67	9.029.855,21	58,94%	-6.289.844,46	-41,06%	3.667.706,84	5.362.148,37	146,20%

É necessário redobrar esforços dos órgãos e serviços municipais com competência nos diversos domínios da despesa, tendo em atenção que o **Município de Santa Cruz permanece em situação de ruptura financeira ou desequilíbrio financeiro estrutural.**



Destaca-se o facto do desequilíbrio financeiro entre as despesas e receitas terem **carácter estrutural** e não resultarem de uma conjuntura pontual e específica.

Ao nível da despesa, destacam-se ainda os seguintes temas para ponderação e eventual definição de estratégias, conferindo maior importância às medidas expostas e que fazem parte do PAF/PAEL:

Fixação da despesa de Investimento:

Não devem ser realizadas despesas de investimento sem que se garanta o financiamento externo, referindo que mesmo a existência de contratos de financiamento pode não ser suficiente para garantir que o Município consiga suportar a sua parte, como por exemplo, o IVA, trabalhos a mais, revisões de preços, etc.

Neste item, de realçar que, no ano de 2014 o Município por ordem do IFAP, entidade cofinanciadora de 32 caminhos agrícolas, demandou a devolução de cerca de € 70.817,86, nas empreitadas e montantes constantes no quadro abaixo.

Quadro 16: Empreitadas ao abrigo do PRODERAM que sofreram alterações de Financiamento

Projeto	Valor (em euros)					Financiamento (%)
	Empreitada	Transferência	Devolvido	Financiamento Final	Orçamento Câmara	
Caminho Agrícola José Rodrigues - Camacha	38.568,40	29.920,00	6.905,16	23.014,84	15.553,56	59,67%
Caminho Agrícola do Cassiano - Camacha	51.927,20	24.992,50	7.564,60	17.427,90	34.499,30	33,56%
Caminho Agrícola da Ribeira Grande - Vale Paraíso - Camacha	10.415,60	10.015,00	10.015,00	0,00	10.415,60	0,00%
Caminho Agrícola da Levada da Serra do Faial - Camacha	19.590,22	18.836,75	7.700,00	11.136,75	8.453,47	56,85%
Caminho Agrícola da Ribeira João Gonçalves - Santo da Serra	42.060,93	40.443,20	884,00	39.559,20	2.501,73	94,05%
Caminho Agrícola das Eiras (Janeiro) - Santa Cruz	32.844,86	31.581,60	31.581,60	0,00	32.884,86	0,00%
Caminho Agrícola da Palmeira - Santa Cruz	5.121,50	2.462,50	2.462,50	0,00	5.121,50	0,00%
Caminho Agrícola da Madre de Água	42.895,79	41.245,95	3.705,00	37.540,95	5.354,84	87,52%
Total	243.424,50	199.497,50	70.817,86	128.679,64	114.784,86	52,86%



Redução de 10 % com custos de telecomunicações

Esta medida é coincidente entre o Plano de Saneamento Financeiro de 2008 e o Plano de Ajustamento Financeiro de 2013. Opta-se por juntar informação que consta do relatório do Saneamento, visto o período em causa ser o mesmo.

Os valores apresentados têm como base as faturas processadas, por ano e classificadas na rubrica orçamental "020209- Comunicações".

Quadro 17: Evolução das despesas com telecomunicações

Ano	Previsão do PSF		Faturado	Variação faturado / previsão
	Despesa Anual	Poupança		
2007	174.610,43 €	0,00 €	166.006,91 €	-8.603,52 €
2008	172.864,33 €	-1.746,10 €	174.902,48 €	2.038,15 €
2009	171.135,68 €	-1.728,65 €	185.984,81 €	14.849,13 €
2010	169.424,33 €	-1.711,35 €	198.121,18 €	28.696,85 €
2011	167.730,08 €	-1.694,25 €	191.667,17 €	23.937,09 €
2012	166.052,78 €	-1.677,30 €	158.692,01 €	-7.360,77 €
2013	164.392,25 €	-1.660,53 €	142.665,82 €	-21.726,43 €
2014	162.748,33 €	-1.643,92 €	126.646,28 €	-36.102,05 €
2015	161.120,85 €	-1.627,48 €		-
2016	159.509,64 €	-1.611,21 €		-
2017	157.914,54 €	-1.595,10 €		-
2018	156.335,40 €	-1.579,14 €		-
2019	154.772,04 €	-1.563,36 €		-
2020	153.224,32 €	-1.547,72 €		-
Total	2.291.835,00 €	-21.386,11 €	1.344.686,66 €	-4.271,55 €

Os valores, considerados por ano, dizem respeito às faturas registadas por ano na rubrica orçamental "020209 - telecomunicações". Considerando os valores acumulados entre 2007 e 31-12-2014, o Município está abaixo da despesa prevista em € 4.271,55. Realça-se que o ano de 2012 foi o primeiro ano que registou valores abaixo do previsto no Plano de Saneamento Financeiro (e posterior esclarecimentos constantes do nosso ofício n.º 11321 de 30/10/2008).

Esta medida poderá a vir a ser de difícil implementação, face à necessidade de comunicação interna e externa. Ainda mais, de um concelho ultra periférico, com forte vocação para o turismo. O próprio funcionamento e organização interna, ao nível da correspondência, arquivo, é hoje, e cada vez mais, dependente de comunicações.



Redução de 15% das despesas com a aquisição do Serviço de impressão e envelopagem

No primeiro semestre de 2014, o município processou facturas referentes ao contrato em causa, celebrado com os CTT – Correios de Portugal, S.A., no valor de € 17.743,81, o que resulta num valor médio mensal de € 1.478,65.

Os serviços de impressão deveriam ter custado 16.772,00 (19.892,00 -3.120,00).

De referir, que os CTT também funcionam como postos de cobrança da câmara. Da prestação deste serviço, a câmara pagou o valor de € 14.056,63 durante o ano de 2014.

Redução de despesas do capítulo de pessoal

A evolução das despesas com pessoal acompanha as imposições legais, desde os cortes nos abonos certos e permanentes, bem como, a imprevisibilidade do pagamento de subsídio de férias e de natal, do aumento da percentagem dos descontos a suportar pela entidade patronal com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social e aumento e imprevisibilidade dos diversos encargos com a saúde.

Não se obteve a redução (demasiado ambiciosa) de 19% prevista no PAF. A imprevisibilidade das medidas impostas pelo Orçamento de Estado desde 2011 a 2014 tendem a subverter a análise das despesas com pessoal. Facto interno e concreto é a redução do número de pessoal ao serviço, desde a entrada em vigor do PAF.



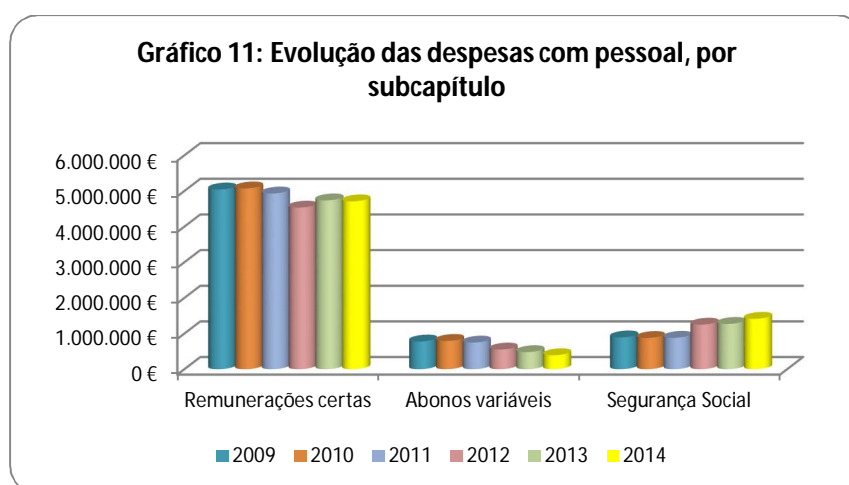
Quadro 18: Evolução das despesas com pessoal, desde 2009

Capítulo	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ % (2014 / 2013)
Remunerações certas	5.042.022 €	5.072.012 €	4.929.975 €	4.534.381 €	4.735.978 €	4.708.575 €	-0,58%
Titulares órgãos autárquicos	265.939 €	154.210 €	68.364 €	57.609 €	78.522 €	133.242 €	69,69%
Pessoal em funções	3.445.349 €	3.403.233 €	3.502.270 €	3.474.004 €	3.376.144 €	3.254.230 €	-3,61%
Contrato a termo indeterminado	7.703 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00%
Pessoal contrato a termo	4.099 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00%
Alterações facultativas de posicionamento remuneratório	-	169.830 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00%
Pessoal aguardando aposentação	0 €	0 €	0 €	0 €	7.757 €	28.023 €	261,27%
Pessoal em regime tarefa e avença	134.283 €	150.979 €	153.974 €	156.977 €	141.793 €	219.907 €	55,09%
Pessoal em outra situação	41.608 €	77.270 €	103.592 €	86.705 €	67.654 €	44.058 €	-34,88%
Despesas de representação	37.228 €	31.824 €	29.296 €	29.086 €	30.428 €	34.131 €	12,17%
Subsidio de refeição	363.528 €	353.223 €	346.899 €	347.356 €	334.554 €	325.074 €	-2,83%
Subsidio de férias e natal	612.619 €	621.030 €	634.333 €	295.909 €	606.923 €	613.942 €	1,16%
Remunerações por doença e maternidade	129.667 €	110.414 €	91.248 €	86.737 €	92.204 €	55.968 €	-39,30%
Abonos variáveis	776.988 €	793.441 €	746.909 €	552.055 €	478.960 €	392.350 €	-18,08%
Horas extraordinárias	506.600 €	514.630 €	460.887 €	357.404 €	268.420 €	222.684 €	-17,04%
Ajudas de custo	4.830 €	3.475 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,00%
Abono para falhas	8.039 €	8.284 €	8.281 €	8.284 €	6.436 €	6.116 €	-4,98%
Subsidio de turno	162.260 €	160.777 €	160.998 €	160.852 €	155.756 €	150.157 €	-3,59%
Outros suplementos	15.272 €	23.718 €	33.429 €	25.515 €	48.348 €	13.394 €	-72,30%
Outros abonos (Subsidio Insularidade)	79.989 €	82.558 €	83.314 €	0 €	0 €	0 €	0,00%
Segurança Social	891.515 €	876.215 €	880.966 €	1.250.018 €	1.270.463 €	1.413.922 €	11,29%
Encargos com saúde	87.138 €	67.669 €	80.975 €	470.889 €	275.609 €	304.168 €	10,36%
Subsidio familiar a crianças	76.377 €	66.759 €	40.992 €	47.308 €	45.701 €	39.031 €	-14,60%
Segurança social- Caixa Geral Aposentações	591.557 €	598.488 €	591.059 €	531.241 €	783.627 €	888.822 €	13,42%
Segurança Social -regime geral	93.700 €	94.164 €	129.079 €	129.026 €	143.719 €	157.134 €	9,33%
Seguros com pessoal	42.744 €	49.135 €	38.862 €	71.554 €	21.807 €	24.766 €	13,57%
Total despesas com pessoal	6.710.525 €	6.741.668 €	6.557.851 €	6.336.454 €	6.485.401 €	6.514.847 €	0,45%



Quadro 19: Evolução das despesas com pessoal, por subcapítulo

Subcapítulo do Pessoal	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Remunerações certas	5.042.022 €	5.072.012 €	4.929.975 €	4.534.381 €	4.735.978 €	4.708.575 €
Abonos variáveis	776.988 €	793.441 €	746.909 €	552.055 €	478.960 €	392.350 €
Segurança Social	891.515 €	876.215 €	880.966 €	1.250.018 €	1.270.463 €	1.413.922 €
Total do capítulo das despesas com pessoal	6.710.525 €	6.741.668 €	6.557.851 €	6.336.454 €	6.485.401 €	6.514.847 €



Em 2014, os pagamentos afetos a rubricas inscritas no capítulo despesas com pessoal apresentaram uma variação positiva de 0,45%, mais 29.446 euros, do que o verificado em 2013.

Só as despesas afectas aos descontos dos vencimentos suportados pela Entidade Patronal, respeitantes à Caixa Geral de Aposentações (CGA), aumentaram 13,42%. Em 2014, a Câmara, entidade patronal, pagou 888.822 euros à CGA. Mais 50,25% do que o pago em 2009.

As despesas com segurança social aumentaram também face a 2013, nomeadamente 9,33% e representaram uma despesa efectiva de € 157.134.

Este aumento é ainda mais desproporcionado se considerarmos a redução do quadro de trabalhadores ao serviço da câmara municipal, que tem vindo a suceder.



O subcapítulo da Segurança Social, que inclui as despesas com saúde é o grande responsável pelo aumento verificado nos últimos anos com as despesas de pessoal. Estas despesas de saúde apresentam grande grau de imprevisibilidade e as referentes aos descontos da entidade patronal, Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, decorrem de leis orçamentais do Estado.

Destaque para o decréscimo da maioria das rubricas afetas a despesas com remunerações certas e permanentes e com abonos variáveis, como as horas extraordinárias.

Corte da atribuição de Subsídios e Transferências Correntes e de Capital a Instituições sem fins lucrativos e Autarquias Locais

Consta do PAF: *“A partir de 2013 e nos primeiros cinco anos do prazo de amortização do empréstimo, onde o ajustamento financeiro será mais intenso, não existirão transferências financeiras, nem os respectivos contratos programa.*

A transferência financeira para a empresa municipal Santa Cruz XXI será revista, à luz da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto que aprova o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n. os 53-F/2006, de 29 de Dezembro e 55/2011, de 15 de Novembro.”



Durante o primeiro semestre do ano em curso, foram registados os seguintes pagamentos:

Quadro 20: Pagamentos realizados no ano de 2014 a instituições sem fins lucrativos,
Autarquias Locais e famílias

Entidade	Valor Pago	Descrição
Associação Desportiva da Camacha	16.263,16 €	3ª Tranche relativo ao protocolo de cooperação que visa dar apoio as actividades escolares do 1º ciclo do concelho conforme deliberação do órgão executivo de 12/08/2013 aprovada em minuta (ponto n.º 3 alínea c)
Clube Sport Juventude de Gaula	3.975,43 €	3ª Tranche relativo ao protocolo de cooperação que visa dar apoio as actividades escolares do 1º ciclo do concelho conforme deliberação do órgão executivo de 12/08/2013 (ponto n.º 3 alínea c)
Clube Sport Juventude de Gaula	10.000,00 €	Complexo desportivo da Associação de Futebol da Madeira em Gaula (proposta nº 136/2014) conforme deliberação de câmara e respectivo protocolo
Associação Desportiva e Cultural do Santo da Serra	4.055,77 €	3ª Tranche relativo ao protocolo de cooperação que visa dar apoio as actividades escolares do 1º ciclo do concelho conforme deliberação do órgão executivo de 12/08/2013 aprovada em minuta (ponto 3 alínea c)
Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos	12.660,00 €	Subsidio atribuído para a limpeza das salas das escolas do ensino básico e pré-escolar do concelho conforme proposta nº 14/2014 deliberação nº25/2014 de 2014/02/06.
Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos	10.995,00 €	Subsidio para material de desgaste para as escolas do ensino básico e pré-escolar do concelho conforme proposta nº 14/2014 deliberação nº 25/2014 da reunião de camara de 06/02/2014.
Freguesia da Camacha	555,86 €	Pagamento relativo a subsidio atribuído de acordo com o protocolo de "apoio financeiro as juntas de freguesia afetadas pelos incêndios-ano 2012"de acordo com a proposta nº 86/2014.
Freguesia do Caniço	705,03 €	Pagamento relativo a subsidio atribuído de acordo com o protocolo de "apoio financeiro as juntas de freguesia afetadas pelos incêndios -ano 2012"de acordo com a proposta nº 86/2015.
Freguesia de Gaula	10.496,99 €	
Freguesia de Santa Cruz	3.562,85 €	
Freguesia do Santo da Serra	381,57 €	
Maria Isabel da Mata	132,90 €	Pagamento relativo a atribuição de subsidio correspondente ao pagamento do IMI de 2013 na sequência dos incêndios que assolaram o concelho de santa cruz em julho de 2012, conforme proposta nº 81/2014.



Maria José de Freitas Gouveia	73,74 €	Pagamento relativo a atribuição de subsídio correspondente ao pagamento do IMI de 2012 e 2013 na sequência dos incêndios que assolaram o concelho de Santa Cruz em julho de 2012, conforme proposta n.º 101/2014.
Freguesia do Caniço	8.333,32 €	Contrato interadministrativo de delegação de competências e acordo de execução.
Freguesia de Gaula	8.333,32 €	
Freguesia da Camacha	8.333,32 €	
Freguesia de Santa Cruz	8.333,32 €	
Freguesia de Santo Antonio da Serra	8.333,32 €	
Total	115.524,90 €	

Ao valor apresentado no quadro anterior, há ainda a considerar, o valor pago de € 100.399,03, em nome da empresa municipal Santa Cruz XXI, E.M., que se encontra em processo de dissolução, com base na proposta n.º 24/2014, aprovada através da deliberação n.º 8, da reunião de Assembleia Municipal de 26/02/2014;

De notar que os protocolos e acordos efectuados com as Freguesias são baseados, desde Janeiro do corrente ano, na Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais e define critérios para a delegação de competências.

Redução de despesas com publicidade em 10% em 2013

As despesas afectas a publicidade estão abaixo do valor constante do PAF. Constatou-se que o Município passou a realizar somente despesas de carácter legal e obrigatório. O valor pago em 2014 foi de € 8.772,74.

Redução de aquisição de Serviços de Segurança de edifícios camarários

Esta medida foi cumprida. Em 2014 não existiu despesa afectada a este tipo de serviços.



Situação da Dívida

- Dívida a Instituições Financeiras: empréstimos

Quadro 21: Dívida a Instituições Financeiras

Caracterização do Empréstimo	Dívida em 31-12-2011	Dívida em 31-12-2012	Dívida em 31-12-2013	Dívida em 31-12-2014	Variação (2014/2013)	Variação em % (2014/2013)
Linha de Crédito Bonificado (Banif)	926.451,19 €	665.133,20 €	400.244,25 €	133.835,22 €	-266.409,03 €	-66,56%
Operação Activa do Tesouro (G.R.)	1.097.355,37 €	897.836,21 €	698.317,05 €	498.797,89 €	-199.519,16 €	-28,57%
Linha de Crédito POPIII (CGD)	816.766,53 €	673.620,19 €	526.099,49 €	377.443,18 €	-148.656,31 €	-28,26%
Construção Cemitério Caniço (CGD)	372.927,72 €	323.026,00 €	270.679,64 €	217.898,25 €	-52.781,39 €	-19,50%
Empréstimo 9015/5633791 (CGD)	765.542,16 €	642.444,21 €	515.026,41 €	387.157,11 €	-127.869,30 €	-24,83%
Empréstimo Saneamento Financeiro (CGD)	8.339.308,18 €	7.485.294,78 €	6.582.085,24 €	5.670.967,59 €	-911.117,65 €	-13,84%
Empréstimo PAEL (Estado Central)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12.887.222,51 €	12.887.222,51 €	100,00%
Empréstimo Reequilíbrio Financeiro I (Banif)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.000.584,57 €	1.000.584,57 €	100,00%
Empréstimo Reequilíbrio Financeiro II (Banif)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	150.802,45 €	150.802,45 €	100,00%
Total	12.318.351,15 €	10.687.354,59 €	8.992.452,08 €	21.324.708,77 €	12.332.256,69 €	137,14%

A dívida à banca/instituições financeiras aumentou, em proporção à utilização de parte do capital utilizado dos empréstimos do PAEL e REEQUILIBIO FINANCEIRO, descontando claro, os pagamentos efectuados no período em causa, no cumprimento dos planos de pagamento de capital, acordados nos diferentes empréstimos.

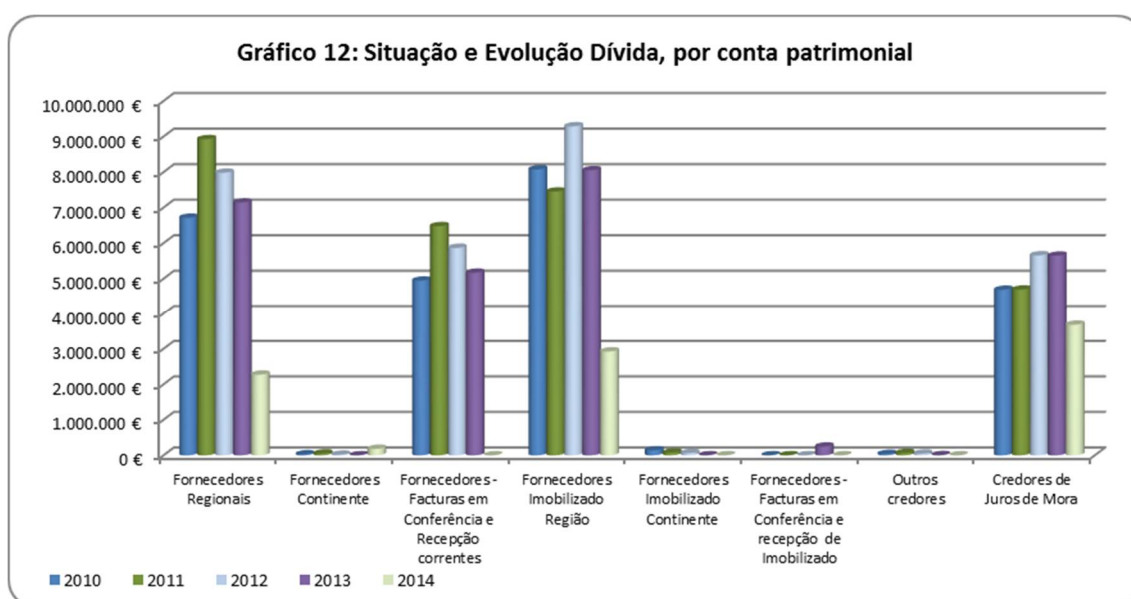


- Dívida a Fornecedores

Tendo em consideração, a apresentação dos mapas constantes da Prestação de Contas de 2014, com relevo para o Balanço, a análise das faturas apresentadas por fornecedores à Câmara, pode resumir-se da seguinte forma.

Quadro 22: Situação e Evolução da Dívida a Fornecedores, por conta patrimonial

Designação Conta Patrimonial	2010	2011	2012	2013	2014	Variação (2014 / 2013)	
						Variação	%
Fornecedores Regionais	6.713.953 €	8.925.111 €	7.981.756 €	7.144.924 €	2.270.704 €	-4.874.219 €	-68,22%
Fornecedores Continente	28.820 €	52.803 €	19.594 €	2.085 €	183.181 €	181.096 €	8685,66%
Fornecedores - Facturas em Conferência e Recepção: Correntes	4.944.600 €	6.475.743 €	5.867.191 €	5.166.713 €	0 €	-5.166.713 €	-100,00%
Fornecedores Imobilizado Região	8.074.853 €	7.451.180 €	9.286.549 €	8.051.522 €	2.922.700 €	-5.128.822 €	-63,70%
Fornecedores Imobilizado Continente	139.702 €	78.901 €	65.818 €	0 €	0 €	0 €	0%
Fornecedores - Facturas em Conferência e recepção: Imobilizado	0 €	0 €	0 €	245.579 €	0 €	-245.579 €	-100,00%
Outros credores	39.293 €	67.428 €	48.854 €	5.832 €	0 €	-5.832 €	-100,00%
Credores de Juros de Mora	4.687.278 €	4.692.835 €	5.656.557 €	5.646.057 €	3.677.105 €	-1.968.952 €	-34,87%
Total	24.628.499 €	27.744.002 €	28.926.318 €	26.262.712 €	9.053.690 €	-17.209.021 €	-65,53%





Os valores apresentados no quadro e gráfico anteriores correspondem ao mapa “Outras Dividas a Terceiros”, documento n.º 27 da Prestação de Contas, conforme o ponto n.º 8.3.6.2 do POCAL.

O total acumulado das faturas apresentadas por fornecedores, a 31/12/2014, diminuiu 65,53% face ao período homólogo de 2013, cerca de 17,2 milhões de euros.

A dívida a fornecedores, a 31/12/2014 totalizou 9.053.690 euros.

Há que referir que o atual executivo em regime de permanência, no início do corrente mandato, ordenou um processo de auditoria de gestão, encontrando-se a proceder ao levantamento e análise de todas as faturas na posse do Município de Santa Cruz, cuja conformidade está a ser fundamentada e à conseqüente circularização de contas correntes com todos os fornecedores, para que, caso se verifiquem situações desconformes com a legislação em vigor em matéria de contratação pública, nomeadamente o Código da Contratação Pública e a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, actue em conformidade com os procedimentos a definir no âmbito da auditoria de gestão. Esta auditoria centra-se ainda nos processos judiciais levantados ao município e acordos assinados pelo anterior executivo camarário.

Os pagamentos efetuados desde o mês de Outubro de 2013 têm como orientação o pagamento de faturas emitidas tempestivamente, e dentro dos 90 dias. Como exceção, realça-se o não pagamento das faturas/notas de débito referentes a juros de mora e faturas que derivam de processos a serem analisados, em primeira instância, a um nível jurídico, caso de algumas faturas emitidas pela Valor Ambiente, S.A. respeitantes a um processo de averiguações sobre a gestão do sector dos resíduos sólidos, que ainda decorre.

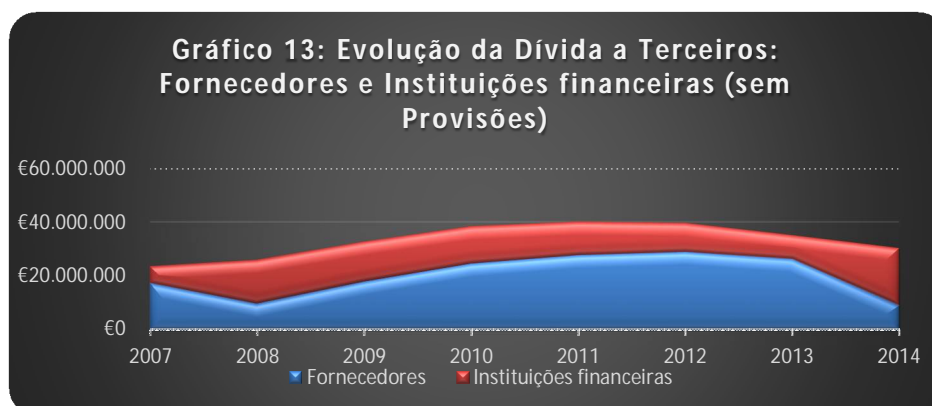
Estão ainda por pagar facturas da empresa RECOLTE, S.A. relativas a contrato de aluguer operacional de 8 viaturas de recolha de resíduos sólidos, contrato que foi alvo de recusa de visto, durante o ano de 2014.



- Dívida a Terceiros: Fornecedores e Instituições Financeiras

Quadro 23: Evolução da dívida a terceiros, desde 2007

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Fornecedores	17.461.587 €	9.757.385 €	17.842.261 €	24.628.499 €	27.744.002 €	28.926.318 €	26.262.712 €	9.053.690 €
Instituições financeiras	6.123.895 €	16.197.268 €	14.942.950 €	13.911.520 €	12.318.351 €	10.687.355 €	8.992.452 €	21.324.709 €
Total	23.585.482 €	25.954.653 €	32.785.211 €	38.540.019 €	40.062.353 €	39.613.673 €	35.255.164 €	30.378.399 €
	-	10%	26%	18%	4%	-1%	-11%	-14%



A Dívida reconhecida, por pagar, à data de 31/12/2014 registava o valor de € 30.378.399.

Menos 14% do que o verificado a 31/12/2013.

Cumriu-se, pelo segundo ano consecutivo, a redução das dívidas a terceiros, acima da meta dos 10%.

Tal como em 2008, a utilização de capitais provenientes de empréstimos com a finalidade de amortização exclusiva de dívida, alterou a caracterização da dívida a terceiros, sendo agora, o sector bancário e financeiro, o maior credor da câmara, por substituição dos fornecedores correntes e de imobilizado.

Diminuiu pois o grau de financiamento da câmara por recurso à dívida e falta de pagamento a fornecedores.



- Provisões: riscos e encargos

Quadro 24: Provisões constituídas a 31/12/2014

FORNECEDOR	IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO	SALDO A 31/12/2014
TECNOVIA MADEIRA - SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A.	18822/12.8YIPRT	488.802,53 €
JAIME RIBEIRO E FILHOS, S.A.	181/11.8BEFUN	506.441,60 €
CONSTRUÇOES MKM, LDA	31674/12.9YIPRT; 99013/12.0YIPRT; 99014/12.8YIPRT	290.139,58 €
SOCOPUL, SOCIEDADE DE CONSTRUÇOES E OBRAS, S. A.	328/12.7BEFUN	77.054,66 €
JOAO AZEVEDO SANTOS, CONSTRUCAO CIVIL E OBRAS PUBLICAS UNIPessoal LDA	190001/12.0YIPRT	5.175,00 €
RUI ALBERTO MENDES PINTO	ACÇÃO ADMINISTRATIVA COMUM N.º 382/12.1BEFUN	142.072,87 €
CRITÉRIO DE ESCOLHA, LDA	PROCESSO DE INJUNÇÃO N.º 30435/13.2YIPRT; PROCESSO DE INJUNÇÃO N.º 30436/13.0YIPRT	255.769,34 €
CONSTROPLANTE, LDA	PROCESSO DE INJUNÇÃO N.º 30359/13.3YIPRT	208.809,49 €
IGA - INVESTIMENTOS E GESTAO DE AGUA S.A. / ARM - AGUAS E RESIDUOS DA MADEIRA, S.A.	PROCESSO N.º 333/14.9BEFUN E 235/14.9BEFUN - CONSIGNAÇÃO EM DEPÓSITO	101.932,30 €
SECRETARIA REGIONAL PLANO E FINANÇAS	NOTIFICAÇÃO EXECUÇÃO FISCAL E OPOSIÇÃO FISCAL. PROCESSO EXECUTIVO 2887201481042728	603.166,06 €
TRAFICVIAS - SINALIZACAO RODOVIARIA LDA	PROCESSO 6/14.2BEFUN	16.037,13 €
EMPRESA MADEIRA CARTAO - SOCIEDADE DE TRIAGEM LDA	-	252.637,86 €
PRETETES - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, S.A.	PROCESSO N.º 113/14.1BEFUN	212.493,66 €
ARESTANIVEL - CONSTRUCAO CIVIL UNIPessoal LDA	PROCESSO N.º 102/14.6BEFUN	146.761,71 €
ADERAM - AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO RAM	REGISTO ENTRADA N.º 20335/2014	51.956,15 €
MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES ARAUJO ALVES E OUTROS	PROCESSO N.º 276/14.6BEFUN	241.479,90 €
TOTAL		3.600.729,84 €

PROVISÕES: PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS (RECEITA EMITIDA POR COBRAR): 719.205,96 €

TOTAL DA CONTA 29 – PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS: 4.319.935,80 €



Reportado à data de 31/12/2014, o total de provisões de processos judiciais e de possíveis riscos e encargos, era de € 3.702.662,14. Este valor diz respeito a provisões constituídas tendo como base:

1. Processo de Injunção n.º 18822/12.8YIPRT, interposto pela empresa TECNOVIA MADEIRA – SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A., no valor de € 488.802,53, referente a reclamação de trabalhos a mais de construção civil e respectivas revisões de preço, no Caminho Municipal do Livramento, Caniço;
2. Processo judicial n.º 181/11.8BEFUN, cujo autor Jaime Ribeiro e Filhos, S.A. reclama € 506.441,60 referentes a juros de mora sobre não liberação de garantias bancárias de diversos contratos de empreitada;
3. O Processo de injunção n.º 31674/12.9YIPRT interposto pela firma Construções MKM, Lda (ex-denominação Construção Miguel Viveiros II, LDA) no valor de € 291.686,89, referente a reclamação de trabalhos de construção civil e fornecimentos de materiais na Vereda da Eira de Dentro – Ribeiro Serrão, Camacha. O montante provisionado inicialmente foi reduzido em € 167.599,28, tendo como motivo informação interna dos serviços competentes, onde não se comprova a realização integral dos trabalhos constantes do processo judicial inicial;

Processo de injunção n.º 99014/12.8YIPRT, também interposto pela firma Construções MKM, Lda (ex-denominação Construção Miguel Viveiros II, LDA) no valor de € 397.770,12, referente a reclamação de trabalhos de construção civil e fornecimentos de materiais na recuperação e pavimentação da Rua da Ribeira, Santa Cruz. O montante provisionado inicialmente foi reduzido em € 228.340,67, tendo como motivo informação interna dos serviços competentes, onde não se comprova a realização integral dos trabalhos constantes do processo judicial inicial;

4. Processo judicial n.º 328/12.7BEFUN interposto pela firma Socopul, S.A., no valor de € 77.054,66, referente a trabalhos nas redes de águas potáveis e residuais na estrada Dona Mécia, Santa Cruz e pavimentação e construção de passeio para os peões na Travessa do pavilhão, junto à Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniço, Santa Cruz;



5. Processo de injunção n.º 190001/12.0YIPRT interposto pela firma João Azevedo Santos, Unipessoal, Lda, no valor de € 5.175,00, referente a trabalhos de construção civil e execução de coletores para a rede de esgoto numa extensão de 120 metros e duas caixas de visita no caminho do Poiso, Santa Cruz;

6. Acção Administrativa Comum n.º 382/12.1BEFUN, interposto por Rui Alberto Mendes Pinto, no valor de € 142.072,87, referente a acidente com carro de rally;

7. Processo de Injunção n.º 30436/13.0YIPRT interposto pela firma Critério de Escolha, Lda, no valor de € 200.945,19, referente a trabalhos com a designação “Beneficiação e construção da feira Santo da Serra”;

Processo de Injunção n.º 30435/13.2YIPRT interposto pela firma Critério de Escolha, Lda, referente a trabalhos com a designação “Conduta de águas pluviais e saneamento básico (desde Caminho Arrebetão até Fonte Santo António), no valor de € 54.824,15;

8. Processo de Injunção n.º 30359/13.3YIPRT interposto pela firma Constroplante, Lda, no valor de € 208.809,79, referente a trabalhos com a designação “Requalificação da Feira do Santo da Serra”;

9. Provisão relativa ao processo n.º 333/14.9BEFUN e 235/14.9BEFUN. O município intentou uma acção judicial relativamente ao aumento do tarifário do IGA. O valor inscrito diz respeito aos montantes que em 2014, e desde o início da acção correspondem ao aumento do tarifário e não reconhecido. Os valores facturados (quantidade de água multiplicado pelo tarifário anterior) reconhecidos foram pagos, através de consignação em depósito no Tribunal, à ordem do processo. O valor não reconhecido é o que consta da conta de provisões;

10. Processo de execução fiscal sobre eventual encargo com a dívida reclamada pela Secretaria Regional do Plano e Finanças no valor de € 603.166,06, cujo objecto diz respeito a fornecimento de água no período compreendido entre Julho de 1997 a Novembro de 1999;



11. Processo judicial n.º 6/14.2BEFUN, intentado pela empresa Traficvias, Lda, no valor de € 16.037,13, referente a eventual fornecimento de material de sinalização;
12. Recepção (e devolução) de diversas facturas no âmbito de eventuais transportes de resíduos sólidos, prestados pela empresa Madeira Cartão – sociedade de Triagem, bem como de eventuais trabalhos de construção civil e fornecimento de balança, no valor de € 252.637,86;
13. Processo n.º 113/14.1BEFUN, intentado pela empresa Pretetes – Construção Civil e Obras Públicas, S.A., no valor de € 212.493,66, referente ao Alvará de obras de construção n.º 234/05, emitido pelo Município em nome da Sociedade Predicaniço – Investimentos Imobiliários, Lda, relativamente a um empreendimento de Habitação colectiva, a levar a cabo num prédio localizado ao Sítio da Pedra Mole, Freguesia do Caniço;
14. Processo de injunção n.º124461/13.2YIPRT interposto pela firma Arestanível, Lda, no valor de € 146.914,71, relativo a trabalhos faturados com as seguintes descrições, “Rede água potável Caminho Velho Santo Serra”; “Rede água potável Vereda Eira de Dentro”; “Remodelação Armazém Casais de Além”; “Reparação Quartel Bombeiros Camacha”; “Ampliação moradia João Frino; Reparação Salão Casa Povo Santa Cruz”; “Remodelação moradia perto igreja nova Camacha”; “Reabilitação moradia Sr. José Gonçalves Camacha”; “Beneficiação Caminho Velho Norte Camacha”; “Limpeza Ribeiro Camacha”; “Limpeza várias quebradas”;
15. Reclamação por parte da ADERAM – Agência de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, sobre incumprimento de contrato relativo ao projecto designado por “Recuperação Urbanística do Concelho de Santa Cruz”, no valor de € 51.956,15;
16. Processo n.º 276/14.6BEFUN, intentado por Maria Fátima Gonçalves Araujo Alves e Outros, relativamente a pedido de indemnização no valor de € 241.479,90, tendo por objecto uma expropriação de terreno para a Construção do Quartel dos Bombeiros Municipais de Santa Cruz.



O saldo das provisões afectas a receita emitida, com referência à Lei dos Serviços Públicos Essenciais, há mais de seis meses e um ano é, a 31/12/2014 de 719.205,96. De notar que este saldo corresponde ao valor em relaxe apurado pela aplicação informática de águas.

De notar que, segundo o POCAL, a constituição de provisões pretende prever o montante da indemnização ou encargo que a autarquia, previsivelmente poderá suportar.

Não deve ser entendida como dívida ou conta a pagar, mas incorporar o Passivo. A incorporação da dívida deverá ocorrer com a resolução dos processos e pelo valor efectivamente apurado.

Face a 31/12/2013, o total de provisões registou um aumento de 17,30%, mais € 637.040,00, facto que traduz a constituição de inumeros processos judiciais.



Situação dos Pagamentos em Atraso

A 31/12/2013 o **prazo médio de pagamentos do Município era de 1.049 dias**, o quarto pior dos 308 Municípios Portugueses.

A 31/12/2014, o prazo médio de pagamentos é de 450 dias.



Conclusão

Apesar do Município permanecer em situação de ruptura financeira e desequilíbrio financeiro estrutural, a situação financeira global, no final do ano de 2014, melhorou.

Destacáramos os seguintes factos que têm e terão grande influência na evolução das contas do município nos próximos tempos:

- A necessidade de **controlo mensal do valor dos pagamentos** em atraso para evitar acrescidas retenções de verbas provenientes da Lei do Orçamento de Estado, logo, necessidade de tesouraria em valores que permitam fazer face aos compromissos assumidos;
- O **renegociar o Plano de Ajustamento Financeiro**, eliminando medidas inócuas, e inscrevendo outras, tendo como objectivo o equilíbrio entre receitas e despesas;
- A **gestão do Património**. A revisão dos arrendamentos e dos imóveis, bem como, o processo do Parque Industrial da Cancela.
- O desfecho de **acções judiciais**:
 - Para que a sociedade que gere o **Aeroporto Internacional da Madeira**, passe a pagar IMI;
 - Para que as verbas legisladas em **leis de Orçamento de Estado de 2009 e 2010**, referentes a IRS, sejam entregues ao Município. Com juros de mora;
 - Para que seja revertido o valor que o Município pagou como **“imposto ou taxa fixa”** à sociedade que gere o tratamento dos resíduos sólidos da Região Autónoma da Madeira;



- Para o acesso à **informação da Autoridade Tributária**, que possibilite um estudo sobre a aplicação do imposto da derrama no Concelho e análise de todas as isenções de IMI, concedidas pela Autoridade Tributária no concelho.



Proposta

Submetido a despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, através da informação interna n.º 3692/2015, propomos que ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos, destacando que os relatórios para a DGAL deverão ser anuais e prestados através da aplicação do SIAL, disponível no Portal Autárquico e integrando igualmente a Prestação de Contas do Município:

- a) Remeter para apreciação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea a) do n.º 1.º do artigo n.º 12.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de Agosto;
- b) Publicar no Sítio da internet do Município, após apreciação da Assembleia Municipal;

Santa Cruz, aos 27 de Fevereiro de 2015

O Chefe de Divisão Financeira

Nuno César Cabaços Cruz